



Superintendência de Serviços Compartilhados

EDITAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa

Pregão Eletrônico - Embrapa nº 25/2023

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de Seguro de Vida e de Acidentes Pessoais em Grupo para empregados da Embrapa por doença e respectivos dependentes, Presidente da Embrapa, Diretores Executivos da Embrapa, empregados de outras instituições à disposição de estagiários, estudantes de graduação e bolsistas dos Programas de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBIC e PIB similares); e de Assistência Funeral para empregados da Embrapa e respectivos dependentes, inclusive para os Dirigentes.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO☒ Menor Preço☐ Maior Percentual de Desconto**MODO DE DISPUTA**☒ ABERTO☐ ABERTO E FECHADOData de Abertura: 07/07/2023 às 09:00, sítio www.comprasgovernamentais.gov.br

Valor total estimado:

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação, no presente exercício, estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:135056 - GAAP/SPRB

Fonte:0100

Programa de Trabalho: _____

Elemento de Despesa:

PI: _____

| Vistoria | Instrumento de Contratação | Forma de Adjudicação | DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | |
|---|--|---|--|--|
| Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> | - Autorização de Fornecimento <input type="checkbox"/> - Contrato <input checked="" type="checkbox"/> | Por item <input type="checkbox"/> Por Lotes <input type="checkbox"/> Preço Global (X) | Requisitos Básicos: Itens 3 e 4 do Edital | Requisitos Específicos: - Atestado de Capacidade Técnica Demais (Veja Termo de Referência)* |
| Lic. Exclusiva ME/EPP? | Reserv. Cota ME/EPP? | Exige Amostra/Dem.? | Dec. nº 7.174/2010? | Prazo para envio da proposta/documentação |
| Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> | Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> | Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/> | Sim <input type="checkbox"/> Não (X) | Até 2 horas após a convocação realizada pelo prego |
| Pedidos de Esclarecimentos | | Impugnações | | |
| Até 3 (três) dias, úteis, anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço compras@embrapa.br c/c jose.alexandre@embrapa.br | | Até 3 (três) dias, úteis, anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço compras@embrapa.br c/c jose.alexandre@embrapa.br | | |

DAS PROPOSTAS**PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS SERÁ DE 90 (noventa) DIAS a contar da sua apresentação.**

1. Após a conclusão do processo licitatório, com a homologação e adjudicação do objeto ao vencedor, a Embrapa somente contratará se houver disponibilidade para arcar com as despesas contratuais, no exercício em curso. Caso, por razões de contingenciamento orçamentário, que afetem o planejamento orçamentário na homologação e adjudicação do objeto não for possível empenho dos valores contratuais durante o prazo de validade das propostas, a Embrapa adotará os seguintes procedimentos:

a) Consulta ao adjudicatário sobre o interesse em manter sua proposta e as demais condições licitadas, para efetiva contratação;

b) Caso o adjudicatário não manifeste interesse na manutenção de sua proposta, a Embrapa convocará os demais licitantes, na forma do inciso I do §2º 13.303/2016, segundo a ordem de classificação, para, se quiserem, assumam as condições da proposta vencedora, para efetiva contratação;

2. Por imposição de novas circunstâncias orçamentárias, em decorrência de ações de contingenciamento impostas pelo Governo Federal, a Embrapa poderá contratações (redução quantitativa), desde que não afete as condições de habilitação e demais condições vinculadas à igualdade, economicidade e publicidade

3. Sendo o caso de redução quantitativa do objeto, a negociação prevista nos itens anteriores deverá observar essa circunstância.

4. Em todos os casos, caso entre a data de apresentação da proposta vencedora da licitação e a efetiva contratação, decorra tempo superior a 12 (doze) meses proposta poderão ser reajustados pelo IPCA, caso outro índice não tenha sido indicado no Edital e seus anexos.

Observações Gerais:

____Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, por meio de sua Unidade: SEDE, sediada Parque Estação Biológica, PqEB AV. W/3 Norte Final - CEP 70.770.901, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, disponível no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

1.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico antes da data de realização do pregão, na forma da Instrução Normativa nº 3 de 26 de junho de 2018, do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1.3. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

1.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

1.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.8. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa para prestação de serviços de Seguro de Vida e de Acidentes Pessoais em Grupo para empregados da Embrapa ativos e afastados por doença e respectivos dependentes, Presidente da Embrapa, Diretores Executivos da Embrapa, empregados de outras instituições à disposição da Embrapa, estagiários, estudantes de graduação e bolsistas dos Programas de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBIC e PIBITI) e/ou programas similares; e de Assistência Funeral para empregados da Embrapa e respectivos dependentes, inclusive para os Dirigentes, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).

2.2. Os itens, se for o caso, destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, estarão identificados no Termo de Referência.

2.3. Em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. Não poderão participar as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:

a) penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, prevista no inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, desde que aplicada pela Embrapa;

b) penalidade de impedimento de licitar e contratar, prevista no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;

c) penalidade de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;

d) penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III, da Lei n. 8.429/1992;

3.3. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes, que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.

3.4. Também estarão impedidas de participar da Licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV

do artigo 33 da Lei nº 12.527/11.

3.5. Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação;

3.6. Não poderão participar, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.7. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

3.8. A participação de cooperativas na presente licitação:

a) Será admitida (☒).

b) Não será admitida (☐) , conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.9. A participação de empresas reunidas em consórcio:

a) Será admitida (☒).

b) Não será admitida (☐) , conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.9.1. Em caso de possibilidade de participação de consórcio deverão ser observados os seguintes requisitos:

a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução de contrato;

3.9.2. Antes da celebração do contrato, o Licitante vencedor deve promover a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio.

3.9.3. Esta Licitação:

a) não estabelece limite máximo de empresas consorciadas(☒).

b) estabelece o limite máximo de até empresas consorciadas, conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.

3.9.4. Em caso de substituição do consorciado, esta deverá ser expressamente autorizada pela Embrapa e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio neste processo licitatório.

3.10. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.11. Este pregão é de âmbito nacional.

3.12. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.12.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.12.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.12.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.12.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.12.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.12.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.12.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.12.8. que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, se for o caso.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço e os documentos de habilitação, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- 4.6. Os licitantes declararão, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.
- 4.6.1. A falsidade desta declaração sujeitará o licitante às sanções previstas Decreto nº 10.024/2019, em especial, a penalidade prevista no inciso IX, de seu artigo 49.
- 4.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 4.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta, na forma do Capítulo IX do Decreto nº 10.024/2019.
- 4.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 4.10. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38 do Decreto nº 10.024/2019.
- 4.11. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:
- 4.11.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 4.11.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 4.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 4.11.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 4.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 4.11.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 4.11.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.
- 4.11.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 4.11.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 4.11.10. No caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente, conforme exigências descritas no Termo de Referência.
- 4.11.11. Declaração de inexistência de fatos impeditivos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante de anexo do presente Edital;
- 4.12. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver;
- 4.13. Serão exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:
- a) no mínimo, **01 (um) atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, compatível com o seguinte requisito: Prestação de serviços de Seguro de Vida** (art. 58, II da Lei 13.303/2016 - havendo parcela de relevância a ser destacada. Não havendo parcela de relevância a comprovação se dará com relação à boa execução do objeto anteriormente);
- b) além do atestado, outros requisitos poderão estar definidos no Termo de Referência, com vistas ao estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
- 4.14. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.
- 4.15. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;
- 4.16. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
- 4.17. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.
- 4.18. Para demonstração da Qualificação Econômica Financeira, será exigida a seguinte documentação:
- 4.18.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 4.18.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 4.18.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
- 4.18.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 4.18.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 4.18.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 4.18.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

4.18.4. As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação. (definição conforme artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018)

4.18.5. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1(um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento) , podendo o licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

4.18.6. Em se tratando de consórcio, caso permitida a sua participação, o valor exigido para efeito de habilitação econômico-financeira:

- a) será acrescido em 10%(dez por cento) sobre o valor exigido para efeito de habilitação;
- b) não haverá acréscimo em relação ao valor exigido de licitante individual, em virtude da justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.()

4.18.6.1. O acréscimo de que trata este subitem não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei.

4.19. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste edital.

4.20. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015;

4.21. Para aplicação do disposto no item 4.20, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação;

4.22. A prorrogação do prazo constante do item 4.20 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.

4.23. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.24. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.

4.24.1. Caso o documento de habilitação ausente consistir em declaração sobre fato preexistente, o pregoeiro poderá conceder prazo razoável para o saneamento da falha. (Acordãos TCU 988/2022 - Plenário)

4.24.2. Caso existam dúvidas relacionadas à incertezas e/ou divergências constadas em propostas de licitantes, bem como erros ou falhas em planilhas de preços cuja identificação seja evidente, o pregoeiro e sua equipe de apoio poderão suprimi-las por meio de diligências.

4.24.3. As falhas, erros ou omissões tratadas neste dispositivo deverão ser resolvidas em, no máximo, 2 (duas) horas após notificação ao licitante.

4.25. Para verificação da regularidade fiscal, serão exigidos, exclusivamente:

a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total;
- b) Fabricante, se for o caso;
- c) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.3. O prazo de validade das propostas indicado no preâmbulo deste Edital poderá ser prorrogada mediante solicitação da **Embrapa** e aceitação do licitante.

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

5.7. A licitante, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada, tendo em vista o objeto da presente licitação, poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, conforme disposições contidas no art. 18, §5º-C, VI da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observadas as condições fixadas pelo § 1º do art. 17 da mesma Lei.

6. DO PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

- 6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.8. O lance deverá ser ofertado considerando o critério de julgamento definido no presente edital.
- 6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.10. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 6.11. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com as regras deste edital deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 6.12. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto"

- 6.18. Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa aberto, os procedimentos da etapa de lances serão os seguintes:
- 6.19. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,03. (zero vírgula zero três).
- 6.20. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.21. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.22. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.23. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, na forma do §3º do artigo 32 de Decreto 10.024/2019.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto e fechado"

- 6.24. Caso seja adotado o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, considerando os seguintes procedimentos:
- 6.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.26. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.27. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.28. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.29. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.30. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

Direito de Preferência para microempresas e empresas de pequeno porte

- 6.31. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro deverá verificar a ocorrência de empate ficto em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte, assegurando, se for o caso, o direito de preferência, observando-se o seguinte:
- a) o empate ficto ocorrerá quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço;
- b) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências de habilitação, deve ser adjudicado o objeto em seu favor.
- c) se a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada não exercer o direito de preferência, deverão ser convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, deve ser realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro pode apresentar melhor oferta.
- 6.32. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, deixe de apresentar, no prazo citado, nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ou apresente proposta de preço inaceitável ou deixe de atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará, dentre as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.31., na ordem classificatória, a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para o exercício do mesmo direito de preferência.

6.33. O procedimento previsto no subitem 6.32. será adotado, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital ou até que não haja microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadre na hipótese do subitem 6.32.

6.34. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens 6.32. e 6.33., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sua proposta seja aceitável e ele apresente os documentos de habilitação, tudo de acordo com o presente Edital.

6.35. O disposto no subitem 6.34. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.36. Encerrada a etapa de lances, se a proposta atender aos critérios de aceitabilidade de preços, o licitante detentor da melhor oferta, após solicitação do pregoeiro, encaminhará em até 2 (duas) horas, por meio da funcionalidade "enviar anexo" presente no sistema Comprasnet ou, em caso de problemas de comunicação na rede e de forma motivada pelo licitante, no e-mail compras@embrapa.br c/c jose.alexandre@embrapa.br, a PROPOSTA FORMAL e, se necessário, os documentos complementares, decomposta em Planilha de Preços, conforme modelo anexo ao presente Edital, com os preços adequados ao seu último valor ofertado.

6.36.1. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasnet poderão ser solicitados, devendo o novo envio ocorrer em original, por cópia autenticada **ou digitalizados, conforme os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020**, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo e no endereço indicados pelo Pregoeiro.

6.36.2. É de responsabilidade do licitante confirmar, junto à Embrapa, o recebimento dos documentos de habilitação e proposta final, não cabendo à Embrapa a responsabilidade pelo desconhecimento de tais informações.

Direito de Preferência - art. 3º da Lei nº 8.248/1991

6.37. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

6.38. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.39. Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

6.40. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.41. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

Critério de Desempate

6.42. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos [art. 44](#) e [art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 55, da Lei 13.303/2016, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.43. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 6.43, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

6.44. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

7.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.1.2. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

7.2. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela **Embrapa**, sob pena de desclassificação do licitante.

7.3. Se depois de adotada a providência referida no item 7.1.2 não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.4. O pregoeiro poderá desclassificar as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.5. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.6. A análise de exequibilidade da proposta não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.7. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da proposta.

7.8. O pregoeiro poderá exigir do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta, podendo para tanto e conforme o caso adotar os procedimentos mais adequados para tanto, tais como:

- a) Requerer a apresentação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- b) Solicitar informações junto às Secretarias de Trabalho e de Previdência, do Ministério da Economia;
- c) Realizar consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- d) Realizar pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- e) Realizar verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
- f) Realizar pesquisa de preço com agentes econômicos dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) Realizar a verificação de notas fiscais dos produtos cotados na proposta e anteriormente adquiridos pelo proponente;
- h) Realizar o levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) Realizar ou consultar estudos setoriais;
- j) Realizar consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

k) Realizar a análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços.

7.9. Qualquer licitante poderá requerer, motivadamente, que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.12. Se a proposta do licitante vencedor da etapa competitiva de lances não for aceitável, o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital e desta verificando as condições de habilitação. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.13. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.14. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade definidos no Termos de Referência.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.21. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo e no local definido no Termo de Referência, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.22. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.23. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos dos respectivos Decretos regulamentares.

7.24. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.25. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.26. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.27. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.28. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.29. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.30. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.32. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

8 Habilitação

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados nos termos do disposto no art. 26, do Decreto 10.024/2019.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

8.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, nos termos do § 2º do artigo 38 do Decreto 10.024/2019.

8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor do pregão durante a sessão pública, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando deverá ser concedido a ele o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso a contar da disponibilização da decisão, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que devem começar a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

9.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no **caput** do art. 44 do Decreto 10.024/2019, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.3. Apresentadas as razões e contrarrazões, o pregoeiro disporá de 5 (cinco) dias úteis, para decisão.

9.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.6. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do **caput** do art. 17 do Decreto 10.024/2019.

11.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do **caput** do art. 13 do Decreto 10.024/2019.

12. ERROS OU FALHAS

12.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

12.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **caput**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

() Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

(X) Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. A EMBRAPA convocará o licitante vencedor para assinatura do Contrato em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

14.2. Havendo recusa de assinatura do Contrato, a EMBRAPA poderá revogar a licitação ou convocar os licitantes remanescentes, atendida a ordem de classificação, para negociação e possível adjudicação do objeto da licitação e homologação pela autoridade superior.

15. PENALIDADES

15.1. Aquele que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.2. O licitante estará sujeito à multa, garantido o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses e nos seguintes percentuais:

- a) não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ou não mantiver a proposta – multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da sua proposta;
- b) deixar de entregar documentação exigida neste Edital – multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;
- c) apresentar documentação falsa – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;
- d) comportar-se de modo inidôneo – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;
- e) fizer declaração falsa – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta;
- f) cometer fraude fiscal – multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da sua proposta.

15.3. Ocorrendo mais de uma infração, as multas serão cumulativas até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

15.4. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação, conforme instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

15.5. A aplicação das penalidades acima referidas correrão em processo administrativo devidamente autuado conforme a Lei, o qual poderá iniciar-se de ofício ou a pedido de qualquer interessado.

15.6. Será dada vista dos autos à parte interessada, o qual terá direito de obter cópias de documentos nele contidos e conhecer as decisões proferidas, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

15.7. A aplicação das penalidades ocorrerá após apresentação defesa pelo interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato (Lei nº 13.303/2016, art. 83, § 2º e item 11.1.2.3 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa), momento em que lhe será facultado formular alegações, apresentar documentos, bem como produzir provas.

15.8. Serão recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelo interessado quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

15.9. O interessado será intimado de prova ou diligência ordenada, com antecedência de 3 (três) dias úteis da sua realização.

15.10. Ultrapassada as fases do item 15.7, caberá ao Chefe Adjunto de Administração da Unidade/Supervisor de Contratações Públicas da Sede o acolhimento ou não da defesa apresentada, devendo proferir decisão com a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.

15.11. O interessado será intimado da decisão, por intermédio de seu preposto ou, alternativamente, por meio de correspondência com Aviso de Recebimento ou, ainda, por qualquer meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

15.11.1. No caso de desconhecimento ou de domicílio/sede indefinido, a intimação será efetuada por meio de publicação Diário Oficial da União.

15.12. Da decisão administrativa cabe recurso, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação do ato (item 12.1. do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa).

15.13. Poderá o interessado, quando a interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

15.14. O recurso interposto não terá efeito suspensivo. No entanto, havendo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

15.15. Interposto o recurso, o Chefe Adjunto de Administração/Supervisor de Contratações Públicas da Sede intimará os demais interessados, se for o caso, para que, no prazo de 10 (dez) dias corridos, apresentem alegações.

15.16. O recurso será dirigido ao Chefe Adjunto de Administração/Supervisor de Contratações Públicas da Sede, o qual, se não reconsiderar sua decisão, o encaminhará ao Chefe Geral/Gerente de Contratação e Infraestrutura.

15.17. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

15.17.1. O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

15.18. A autoridade competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente a decisão recorrida.

15.18.1. Se da aplicação do disposto no item 15.17 puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

15.19. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou cientificação, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

15.20. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

15.21. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação, conforme instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

15.22. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

15.23. As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf.

16. ATOS LESIVOS À Embrapa

16.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas neste Edital, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à Embrapa, assim definidos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

16.2. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração, de uma das condutas tipificadas no inciso IV do Artigo 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da 12.846/2013.

16.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303/2016 ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização.

16.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da Embrapa.

16.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

16.6. O licitante sancionado administrativamente pela prática de atos lesivos contra a Embrapa, nos termos da Lei nº 12.846/13, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

- a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- b) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
- c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.

16.7. A publicação a que se refere o item 16.6 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.

16.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Embrapa resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.

16.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº. 8.420, de 18 de março de 2015, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 21 do Decreto nº. 8.420/2015.

16.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

16.11 As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

17. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

17.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

17.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo suspender a abertura da sessão pública caso entenda conveniente.

17.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

17.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

17.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

17.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.7. O licitante, através de consulta permanente ao sítio acima indicado, deverá manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e esclarecimentos sobre o Edital, não cabendo à Embrapa a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância do licitante quanto ao procedimento apontado neste item.

17.8. Todos os pedidos/impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados no sítio eletrônico da Embrapa.

17.9. Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 17h:00min do último dia para sua interposição.

17.10. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados neste item.

17.11. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.

17.12. Não serão prestados esclarecimentos por telefone.

17.13. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

18.2. A Embrapa poderá promover alterações nos termos deste Edital, havendo reabertura do prazo para a apresentação das propostas, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas.

18.3. A Embrapa poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, observado o disposto no art. 62 da lei 13.303/2016.

18.4. Os recursos destinados à contratação correrão por conta do orçamento da Embrapa.

18.5. Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.

18.6. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

- a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) ANEXO II - MODELO PARA A PROPOSTA – Planilha de Preços;
- c) ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO;
- d) ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO.
- e) ANEXO V - MATRIZ DE RISCO

Brasília, 22 de junho de 2023

ERICA MOREIRA TORRES

Supervisora de Contratações Públicas - SGE/CPU

Ato da Nomeação: Portaria nº 205 de 21/02/2020

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Contratação de empresa para prestação de serviços de Seguro de Vida e de Acidentes Pessoais em Grupo para empregados da Embrapa ativos e afastados por doença e respectivos dependentes, Presidente da Embrapa, Diretores Executivos da Embrapa, empregados de outras instituições à disposição da Embrapa, estagiários, estudantes de graduação e bolsistas dos Programas de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBIC e PIBITI) e/ou programas similares; e de Assistência Funeral para empregados da Embrapa e respectivos dependentes, inclusive para os Dirigentes.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Embrapa, historicamente, promove o reconhecimento e busca sustentável da manutenção e motivação da força de trabalho por meio de modelos de gestão eficientes que convergem a retenção dos empregados com alta performance produtiva.

Um dos *inputs* fundamentais para o alcance desse objetivo é o rol de benefícios que a Empresa disponibiliza aos seus empregados.

Corroborando com essa diretriz, a Embrapa prevê, dentro do atual Plano de Carreiras, a manutenção do Seguro de Vida e de Acidentes Pessoais em Grupo. Além disso, este benefício também é pautado e acordado anualmente no Acordo Coletivo de Trabalho, conforme extratos abaixo:

- Plano de Carreiras da Embrapa (Itens 28.2 e 29.2): Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais – benefício concedido a todos os empregados nos valores estabelecidos pela Embrapa.
- Acordo Coletivo de Trabalho: determina a cobertura de Auxílio Funeral para os empregados da Embrapa:

Cláusula 4.3 - Seguro de Vida em Grupo: A Embrapa disponibilizará informações sobre os valores da cobertura do seguro de vida contratado para seus empregados e cópia da apólice de seguros, via intranet.

Parágrafo Único - A Embrapa manterá, na apólice de seguro, a assistência funeral.

Ainda, consideramos outros normativos que dão suporte à necessidade de contratação:

- Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 22 de abril de 2022: O seguro de vida para os Dirigentes da Embrapa aprovado.
- A Lei Nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, torna obrigatória a contratação de Seguro contra Acidentes Pessoais.

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

IV – Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso.

- Parecer Nota Técnica AJU nº 44/2011, item III - Conclusão: A Embrapa deve observar as condições previstas na RN 017/2006 do CNPq, para recebimento desses bolsistas. A referida RN, informa a obrigatoriedade por parte da Instituição pelo pagamento do seguro aos bolsistas.
- A Resolução Normativa nº 01 de 15/01/2018, item 6.7: A Embrapa providenciará seguro contra acidentes pessoais para todos os estagiários no Plano de Seguro em Grupo da Empresa, abrangendo os seguintes eventos: morte acidental, morte natural, invalidez por doença e invalidez por acidente.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**3.1. DO OBJETIVO**

Garantir o pagamento de um Capital Segurado aos Beneficiários na ocorrência de um dos eventos cobertos pelas garantias contratadas, exceto se decorrentes de riscos excluídos, desde que respeitadas as Condições Contratuais.

3.2. DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.2.1. É Estipulante desta Apólice a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

3.2.2. O Grupo Segurável é composto pelos empregados da Embrapa e seus dependentes, Presidente da Embrapa, Diretores executivos da Embrapa, empregados de outras instituições à disposição da Embrapa, estagiários, estudantes de graduação, bolsistas dos Programas de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBIC e PIBITI) e/ou programas similares;

3.2.3. Para designar os beneficiários, na operacionalização do presente seguro será utilizado o formulário da Embrapa “Cartão-Proposta Permanente de Seguro de Vida em Grupo”, doravante denominado “Cartão-Proposta”.

3.2.4. Salvo designação do Segurado realizada pelo formulário “Cartão-Proposta”, serão considerados como beneficiários os Dependentes do Segurado. No caso de sinistro antes do preenchimento do formulário pelo Segurado, serão observadas as disposições do Código Civil Brasileiro.

3.2.5. O Segurado poderá substituir seus beneficiários a qualquer tempo, mediante o preenchimento de novo “Cartão-Proposta”, assinado no SEI - Sistema Eletrônico de Informações com a assinatura digital.

3.2.6. A falta de preenchimento do "Cartão-Proposta" não se constituirá em impedimento para a liquidação do sinistro, não sendo admitida, portanto, a alegação de dúvida quanto aos beneficiários como razão para o retardamento da liquidação.

3.2.7. O agenciamento do "Cartão-Proposta" será realizado pela Estipulante.

3.2.8. É proibida a participação de empresas de corretagem na execução dos serviços.

3.3. DAS DEFINIÇÕES

3.3.1. Acidente pessoal: o evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário, violento, e causador de lesão física, que, por si só e independente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte, ou a invalidez permanente, total ou parcial, do segurado, ou que torne necessário tratamento médico, observando-se que incluem-se nesse conceito:

- a) o suicídio, ou a sua tentativa, que será equiparado, para fins de indenização, a acidente pessoal, observada legislação em vigor;
- b) os acidentes decorrentes de ação da temperatura do ambiente ou influência atmosférica, quando a elas o segurado ficar sujeito, em decorrência de acidente coberto;
- c) os acidentes decorrentes de escapamento acidental de gases e vapores;
- d) os acidentes decorrentes de sequestros e tentativas de sequestros;
- e) os acidentes decorrentes de alterações anatômicas ou funcionais da coluna vertebral, de origem traumática, causadas exclusivamente por fraturas ou luxações, radiologicamente comprovadas;
- f) queda n'água ou afogamento;
- g) envenenamento acidental por absorção de substância tóxica não entorpecentes;
- i) choques elétricos e raios.

3.3.2. Excluem-se do conceito de acidente pessoal:

- a) as doenças, incluídas as profissionais, quaisquer que sejam suas causas, ainda que provocadas, desencadeadas ou agravadas, direta ou indiretamente por acidente, ressalvadas as infecções, estados septicêmicos e embolias, resultantes de ferimento visível causado em decorrência de acidente coberto;
- b) as intercorrências ou complicações consequentes da realização de exames, tratamentos clínicos ou cirúrgicos, quando não decorrentes de acidente coberto;
- c) as lesões decorrentes, dependentes, predispostas ou facilitadas por esforços repetitivos ou microtraumas cumulativos, ou que tenham relação de causa e efeito com os mesmos, assim como as lesões classificadas como: Lesão por Esforços Repetitivos – LER, Doenças Osteo-musculares Relacionadas ao Trabalho – DORT, Lesão por Trauma Continuado ou Contínuo – LTC, ou similares que venham a ser aceitas pela classe médica científica, bem como as suas consequências pós-tratamentos, inclusive cirúrgicos, em qualquer tempo; d) as situações reconhecidas por instituições oficiais de previdência ou assemelhadas, como "invalidez acidentária", nas quais o evento causador da lesão não se enquadre integralmente na caracterização de invalidez por acidente pessoal.

3.3.3. Apólice: documento emitido pela sociedade seguradora formalizando a aceitação da cobertura solicitada pelo proponente, nos planos individuais, ou pelo estipulante, nos planos coletivos.

3.3.4. Beneficiário: pessoa física ou jurídica designada para receber os valores dos capitais segurados, na hipótese de ocorrência do sinistro.

3.3.5. Capital Segurado: Valor máximo para a cobertura contratada a ser pago pela sociedade seguradora na ocorrência do sinistro.

3.3.6. Carência: período, contado a partir da data de início de vigência do seguro ou do aumento do capital segurado ou da recondução, no caso de suspensão, durante o qual, na ocorrência do sinistro, o segurado ou os beneficiários não terão direito à percepção dos capitais segurados contratados.

3.3.7. Carregamento: importância destinada a atender às despesas administrativas e de comercialização.

3.3.8. Condições contratuais: conjunto de disposições que regem a contratação, incluindo as constantes da proposta de contratação, das condições gerais, das condições especiais, da apólice e, quando for o caso de plano coletivo, do contrato, da proposta de adesão e do certificado individual.

3.3.9. Condições gerais: conjunto de cláusulas que regem um mesmo plano de seguro, estabelecendo obrigações e direitos, da sociedade seguradora, dos segurados, dos beneficiários e, quando couber, do estipulante.

3.3.10. Condições especiais: conjunto de cláusulas que especificam as diferentes modalidades de cobertura que possam ser contratadas dentro de um mesmo plano de seguro.

3.3.11. Contrato: instrumento jurídico firmado entre o estipulante e a sociedade seguradora, que estabelecem as peculiaridades da contratação do plano coletivo, e fixam os direitos e obrigações do estipulante, da sociedade seguradora, dos segurados, e dos beneficiários.

3.3.12. Dependentes: São o cônjuge e os filhos, enteados e menores considerados dependentes econômicos do Segurado Principal, de acordo com a Legislação do Imposto de Renda, desde que não tenham vínculo com o Estipulante.

3.3.13. Doenças ou Lesões Preexistentes: São as doenças ou lesões, inclusive as congênitas, contraídas pelo Segurado anteriormente à data de sua adesão ao Seguro, caracterizando-se pela existência de sinais, sintomas e quaisquer alterações evidentes do seu estado de saúde, e que eram de seu prévio conhecimento na data da contratação de Seguro.

3.3.14. Estipulante: pessoa física ou jurídica que propõe a contratação de plano coletivo, ficando investida de poderes de representação do segurado, nos termos da legislação e regulação em vigor.

3.3.15. Evento coberto: Acontecimento futuro, possível, lícito e incerto, de natureza involuntária e imprevisível, desde que ocorrido durante a validade da Apólice e que não esteja excluído pelas Condições Contratuais deste Seguro, em virtude do qual o Beneficiário pode receber o Capital Segurado previsto nas garantias contratadas.

3.3.16. Excedente Técnico: Saldo positivo obtido pela sociedade seguradora na apuração do resultado operacional de uma apólice coletiva, em determinado período.

3.3.17. Formulário de Solicitação de Benefício/Declaração Médica: Documento pelo qual o Beneficiário solicita a Indenização à Seguradora.

3.3.18. Garantias: Obrigações que a Seguradora assume perante o Segurado, através de suas Condições Contratuais, quando da ocorrência de um evento coberto contratado.

3.3.19. Grupo segurado: Totalidade do grupo segurável efetivamente aceita e incluída na apólice coletiva.

3.3.20. Grupo segurável: Totalidade das pessoas físicas vinculadas ao estipulante que reúne as condições para inclusão na apólice coletiva.

3.3.21. Indenização: Valor, limitado ao Capital Segurado contratado, que a Seguradora deverá pagar ao(s) Beneficiário(s) quando da ocorrência de um evento coberto contratado.

3.3.22. Início de Vigência: Data a partir da qual as coberturas de risco propostas serão garantidas pela sociedade seguradora.

3.3.23. Médico: Profissional legalmente licenciado para a prática da Medicina. Não serão aceitos como Médico o próprio Segurado, seu Cônjuge, seus Dependentes, parentes consanguíneos ou afins, mesmo que habilitados a exercer a prática da Medicina.

3.3.24. Nota Técnica Atuarial: Documento que contém a descrição e o equacionamento técnico do plano e que deverá ser protocolizado na SUSEP previamente à comercialização.

3.3.25. Prêmio: Valor correspondente a cada um dos pagamentos destinados ao custeio do seguro.

3.3.26. Reintegração do Capital Segurado: Recomposição do Capital Segurado após a ocorrência de um evento que gere pagamento parcial de Invalidez Permanente por Acidente.

3.3.27. Riscos Excluídos: são aqueles riscos, previstos nas condições gerais e/ou especiais, que não serão cobertos pelo plano.

3.3.28. Segurado: Pessoa física sobre a qual se procederá a avaliação do risco e se estabelecerá o seguro.

3.3.29. Segurado Principal: Segurado que mantém vínculo legal comprovado com o Estipulante.

3.3.30. Seguradora: Seguradora devidamente constituída e legalmente autorizada a operar no país, que assume os riscos inerentes às garantias contratadas, nos termos das Condições Contratuais do Seguro contratado.

3.3.31. Sinistro: Ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro.

3.3.32. Vigência da Apólice: Período no qual a Apólice de Seguro está em vigor.

3.3.33. Vigência da Cobertura Individual: Período durante o qual o segurado ou os beneficiários, quando for o caso, farão jus aos capitais segurados contratados.

3.4. DO ÂMBITO GEOGRÁFICO

3.4.1. As garantias do Seguro previstas nestas condições aplicam-se para eventos cobertos ocorridos em qualquer parte do globo terrestre.

3.4.2. A cobertura de morte abrange a morte do segurado em qualquer parte do globo terrestre, sendo o serviço de sepultamento ou cremação restrito ao território brasileiro, porém com a prestação de serviço de traslado de qualquer parte do mundo até o município de moradia habitual no Brasil.

3.5. DAS COBERTURAS

3.5.1. Cobertura Básica: Morte Natural.

3.5.2. Coberturas Adicionais:

3.5.2.1 Indenização Especial por Acidente (IEA): em caso de morte acidental, o Capital Segurado corresponderá ao dobro da cobertura básica.

3.5.2.2 Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA): o Capital Segurado corresponderá ao da cobertura básica.

3.5.2.2.1 A cobertura de invalidez permanente por acidente garante o pagamento de uma indenização relativa à perda, à redução ou à impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão por lesão física, causada por acidente pessoal coberto.

3.5.2.2.2 Após conclusão do tratamento, ou esgotados os recursos terapêuticos disponíveis para recuperação, constatada e avaliada a invalidez permanente quando da alta médica definitiva, a Seguradora deve pagar uma indenização, de acordo com os percentuais estabelecidos na tabela aprovada pela SUSEP.

3.5.2.2.3 Não ficando abolidas por completo as funções do membro ou órgão lesado, a indenização por perda parcial é calculada pela aplicação, à percentagem prevista na tabela aprovada pela SUSEP para sua perda total, do grau de redução funcional apresentado.

3.5.2.2.4 Quando do mesmo acidente resultar invalidez de mais de um membro ou órgão, a indenização deve ser calculada somando-se as percentagens respectivas, cujo total não pode exceder a 100% (cem por cento).

3.5.2.2.5 Havendo duas ou mais lesões em um mesmo membro ou órgão, a soma das porcentagens correspondentes não pode exceder à da indenização prevista para sua perda total.

3.5.2.2.6 Para efeito de indenização, a perda ou maior redução funcional de um membro ou órgão já defeituoso antes do acidente, deve ser deduzida do grau de invalidez definitiva.

3.5.2.2.7 A perda de dentes e os danos estéticos não dão direito à indenização por invalidez permanente.

3.5.2.2.8 Se, depois de paga indenização por invalidez permanente por acidente, verificar-se a morte do segurado em consequência do mesmo acidente, a importância já paga por invalidez permanente deve ser deduzida do valor do capital segurado por morte.

3.5.2.2.9 A invalidez permanente prevista nesta cobertura deve ser comprovada por meio de declaração médica.

3.5.2.2.10 A aposentadoria por invalidez concedida por instituições oficiais de previdência, ou assemelhadas, não caracteriza por si só o estado de invalidez permanente.

3.5.2.2.11 No caso de divergências sobre a causa, natureza ou extensão de lesões, bem como a avaliação da incapacidade relacionada ao segurado, a sociedade seguradora deverá propor ao segurado, por meio de correspondência escrita, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da contestação, a constituição de junta médica.

3.5.2.2.12 A junta médica será constituída por 3 (três) membros, sendo um nomeado pela Seguradora, outro pelo Segurado e um terceiro, desempatador, escolhido pelos dois nomeados.

3.5.2.2.13 Cada uma das partes pagará os honorários do médico que tiver designado; os do terceiro serão pagos, em partes iguais, pelo segurado e pela sociedade seguradora.

3.5.2.2.14 O prazo para constituição da junta médica será de, no máximo, 15 (quinze) dias a contar da data da indicação do membro nomeado pelo Segurado.

DEFINIÇÃO DE PERCENTUAL POR INVALIDEZ PERMANENTE POR ACIDENTE

| DANOS CORPORAIS TOTAIS | PERCENTUAL DA PERDA |
|--|---------------------|
| INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores | 100 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés | 100 |

| | |
|---|-----|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um de membro superior e de um membro inferior | 100 |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral | 100 |
| Lesões neurológicas que cursem com: a) dano cognitivo comportamental alienante; b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; c) perda completa do controle esfinteriano; d) comprometimento de função vital ou autonômica | 100 |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital | 100 |

DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS)**PERCENTUAL DA PERDA**

| | |
|---|----|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos | 70 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores; Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | 50 |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar; Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | 25 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão; Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé | 10 |

OUTRAS REPERCUSSÕES EM ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CORPORAIS

| | |
|--|----|
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho | 50 |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | 25 |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço | 10 |

3.5.2.3 Invalidez Funcional Permanente Total por Doença (IFPD): o Capital Segurado corresponderá ao da cobertura básica.

3.5.2.3.1 A cobertura de invalidez funcional permanente total por doença garante o pagamento de indenização em caso de invalidez funcional permanente total, consequente de doença, que cause a perda da existência independente do segurado.

3.5.2.3.2 É considerada perda da existência independente do segurado a ocorrência de quadro clínico incapacitante que inviabilize de forma irreversível o pleno exercício das relações autonômicas do segurado.

3.5.2.3.3 Consideram-se também como total e permanentemente inválidos, para efeitos desta cobertura, os Segurados portadores de doença em fase terminal atestada por profissional legalmente habilitado.

3.5.2.3.4 Em caso de indeferimento após a realização da perícia médica, o segurado poderá solicitar, por escrito, o parecer da junta médica.

3.5.2.3.5 As divergências sobre a causa, a natureza e a extensão das lesões, bem como sobre a avaliação de incapacidade ou sobre matéria não prevista expressamente na Apólice, serão avaliadas por uma Junta Médica, constituída de 3 (três) membros, sendo um nomeado pela Seguradora, outro pelo Segurado e um terceiro, desempatador, escolhido pelos dois nomeados.

3.5.2.3.6 Cada uma das partes pagará os honorários do médico que tiver designado, os de terceiros serão pagos, em partes iguais pelo Segurado e pela Seguradora.

3.5.2.3.7 Para cobertura de risco por Invalidez a data do sinistro será aquela indicada na declaração médica.

3.6. DO CAPITAL SEGURADO

3.6.1. Capital Segurado da Cobertura Básica para Segurados empregados da Embrapa e seus dependentes, Presidente da Embrapa, Diretores Executivos da Embrapa e empregados de outras instituições à disposição da Embrapa: 50 x o valor da referência SC16 (R\$ 3.292,42) do Plano de Carreiras da Embrapa (01.09.2012) = R\$ 164.621,41 (Cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte e um reais e quarenta e um centavos) – Base abril/2023.

3.6.2. Capital Segurado da Cobertura Básica para Segurados estagiários, estudantes de graduação, bolsistas dos Programas de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBIC e PIBITI) e/ou programas similares: 20 x o valor da referência SC01 (2.113,28) = R\$ 42.265,60 (Quarenta e dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos) – Base abril/2023.

3.7. DA ASSISTÊNCIA FUNERAL

3.7.1. Assistência prestada na tomada das providências necessárias em caso de falecimento do Segurado principal ou de um de seus dependentes, inclusive filho (a) menor de 14 anos.

3.7.2. Tem direito à Assistência Funeral os Segurados empregados da Embrapa e seus dependentes. **Os estagiários, os estudantes de graduação e os bolsistas PIBIC/PIBITI não têm direito a assistência funeral.**

3.7.3. Os serviços de atendimento da Assistência Funeral serão prestados no Brasil e no Exterior via Central de Assistência Funeral à disposição 24 (vinte e quatro horas) por dia.

3.7.4. Coberturas da assistência funeral:

- a) Assessoria para as formalidades administrativas;
- b) preparação do corpo;
- c) urna mortuária;
- d) capela;
- e) ornamentação;

- f) carro funerário;
- g) sepultamento ou cremação;
- h) taxa de sepultamento;
- i) taxa de cremação;
- j) atestado de óbito;
- k) locação de jazigo;
- l) passagem para um membro da família, em caso de viagens;
- m) traslado do corpo;
- n) transmissão de mensagens.

3.7.5. A Seguradora prestará os serviços mencionados no item 3.7.3. até o limite de 2 x o valor da referência SC20 (R\$ 3.304,78) do Plano de Carreiras da Embrapa (01.09.2012) = R\$ 7.411,30 (Sete mil, quatrocentos e onze reais e trinta centavos) – Base abril/2023, sendo o valor atualizado concomitantemente com os salários nominais dos empregados da Embrapa.

3.7.6. A seguradora efetuará o reembolso das despesas funerárias, quando por motivos alheios à vontade do segurado ou de seus familiares, não for possível acionar a central de atendimento da assistência funeral, limitado ao máximo de R\$ 7.411,30 (sete mil, quatrocentos e onze reais e trinta centavos), pago mediante comprovação das despesas havidas com o funeral em até 30 (trinta) dias após a apresentação da documentação constante no item 3.7.7.

3.7.7. O reembolso será efetuado com a apresentação da seguinte documentação: cópia autenticada do atestado de óbito do segurado, cópia autenticada da cédula de identidade, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), comprovante de residência e notas fiscais detalhadas originais. O pedido de reembolso poderá ser feito em até 6 (seis) meses após a data do óbito.

3.7.8. O ressarcimento das despesas efetuadas no exterior deve ser realizado com base no câmbio oficial de venda da data do pagamento, respeitando-se o limite de cobertura estabelecido.

3.8. DAS CLÁUSULAS SUPLEMENTARES

3.8.1. Inclusão Automática de Cônjuges

3.8.1.1 A Seguradora incluirá, automaticamente, no seguro da Apólice, os cônjuges dos Segurados empregados da Embrapa, com capital básico correspondente a 50% (cinquenta por cento) do respectivo Segurado principal, em todas as coberturas, exceto na cobertura de Invalidez Permanente Total por Doença.

3.8.1.2 Equiparam-se aos cônjuges os companheiros dos Segurados principais, se ao tempo do contrato o segurado era separado judicialmente, ou já se encontrava separado de fato.

3.8.1.3 Os cônjuges e companheiros que façam parte do grupo segurável como segurados principais, poderão participar do seguro na Cláusula de Inclusão de Cônjuges.

3.8.1.4 Em caso de sinistro, o pagamento será feito ao Segurado principal.

3.8.2. Inclusão Automática de Filhos

3.8.2.1 A Seguradora incluirá, automaticamente, no seguro da Apólice, os filhos de 14 (quatorze) até 24 (vinte e quatro) anos, se estudante, dos Segurados empregados da Embrapa, com capital básico correspondente a 10% (dez por cento), do respectivo Segurado principal, em todas as coberturas, exceto na cobertura de Invalidez Permanente Total por Doença.

3.8.2.2 Para fins desta Cláusula, serão também considerados filhos os enteados e menores considerados dependentes econômicos do Segurado principal, de acordo com a Legislação do Imposto de Renda.

3.8.2.3 Em caso de sinistro, o pagamento será feito ao Segurado principal.

3.8.2.4 Quando ambos os pais forem componentes do Grupo do Segurado principal, os filhos serão segurados apenas uma vez, sendo dependente daquele que tiver maior salário.

3.9. DOS RISCOS EXCLUÍDOS

3.9.1. Estão expressamente excluídos de todas as garantias deste Seguro os eventos ocorridos em consequência:

3.9.1.1 Do uso de material nuclear para quaisquer fins, incluindo a explosão nuclear provocada ou não, bem como a contaminação radioativa ou exposição a radiações nucleares ou ionizantes;

3.9.1.2 De atos ou operações de guerra, declarada ou não, de guerra química ou bacteriológica, de guerra civil, de guerrilha, de revolução, agitação, motim, revolta, sedição, sublevação ou outras perturbações da ordem pública e delas decorrentes, exceto se decorrente de prestação de serviço militar, da utilização de meio de transporte mais arriscado, da prática de esporte ou atos de humanidade em auxílio de outrem;

3.9.1.3 De atos ilícitos dolosos praticados pelo Segurado, pelo Beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

3.9.1.4 De danos causados por atos ilícitos dolosos praticados por dirigentes e administradores da Embrapa, pelos Beneficiários e pelos respectivos representantes;

3.9.2. Além dos riscos mencionados no subitem 3.9.1, estão também excluídas das garantias de IEA e IPA do Seguro os acidentes ocorridos em consequência:

a) direta ou indireta de quaisquer alterações mentais consequentes do uso do álcool, acima dos limites permitidos pela legislação vigente, de drogas, de entorpecentes ou de substâncias tóxicas;

b) das perturbações e intoxicações decorrentes da ação de produtos químicos, drogas ou medicamentos, salvo quando prescritos por médico, em decorrência de acidente pessoal coberto.

3.10. DA ACEITAÇÃO

3.10.1. A partir da data de início de vigência da Apólice, a Seguradora assumirá todos os riscos inerentes aos segurados deste Contrato, inclusive aqueles que eventualmente estejam ou venham a ser afastados para tratamento de saúde.

3.10.2. Após a data de início de vigência da Apólice, a inclusão dos componentes do Grupo Segurável será automática e será encaminhada pela Embrapa na fatura mensal a ser encaminhada à Seguradora.

3.10.3. A comprovação de que as adesões encaminhadas na fatura mensal são de componentes do Grupo Segurável poderá ser realizada pela verificação de recolhimento na GFIP, consultando o SEFIP.

3.10.4. Após o início de vigência da apólice, não haverá exigência quanto à limitação de idade para as futuras adesões ao seguro e suas coberturas, desde que o segurado esteja gozando de boa saúde e em pleno exercício de suas funções.

3.11. DA ATUALIZAÇÃO E DA ALTERAÇÃO DOS VALORES CONTRATADOS

3.11.1. Os capitais segurados e o valor do prêmio, serão atualizados automaticamente, sempre que o Estipulante proceder ajustes e correções nos salários nominais de seus empregados.

3.11.2. As atualizações de capitais se aplicam a todos do Grupo Segurado, inclusive aos afastados do serviço ativo, aos quais é assegurada a aplicação do mesmo critério de reajuste adotado para os componentes ativos.

3.11.3. As atualizações de capitais segurados abrangem também os empregados que, em vida, receberam indenização parcial decorrente de acidente.

3.12. DO CUSTEIO DO SEGURO

3.12.1. Este Seguro é não contributivo, cabendo à Estipulante 100% (cem por cento) do prêmio.

3.13. DO CARREGAMENTO

3.13.1. Não serão aceitos os carregamentos relativos a pró-labore e agenciamento.

3.13.2. O Estipulante é o responsável pela execução dos serviços de agenciamento, inclusão ou exclusão de segurados e remessa de pagamentos de sinistros aos beneficiários.

3.13.3. A Seguradora fica dispensada do pagamento de pró-labore ao Estipulante pela prestação dos serviços administrativos da apólice, sendo este revertido para redução do custo do seguro.

3.14. DA LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

3.14.1. As indenizações de sinistros deverão ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da entrega da documentação à Seguradora. Se o segurado não tiver cumprido todas as exigências de documentos, a seguradora deverá comunicar imediatamente o segurado e a Supervisão de Pagamento, Remuneração e Benefícios através de e-mail.

3.14.2. No caso de solicitação de documentação complementar, devidamente justificada, o prazo constante do item anterior será suspenso, e a contagem do novo prazo passará a prevalecer a partir da data de entrega da documentação solicitada.

3.14.3. O não cumprimento do prazo do item 3.14.1 implicará na aplicação de juros de mora de 2% (dois por cento) ao mês, incidentes sobre o capital segurado, sem prejuízo de sua atualização.

3.14.4. Considera-se como data do evento, para efeito de determinação do capital segurado, quando da liquidação dos sinistros:

- a) no caso de Morte Natural, aquela vigente na data do óbito;
- b) nos casos de Morte Acidental e Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA), aquela vigente na data do acidente;
- c) nos casos de Invalidez Funcional Permanente e Total Por Doença (IFPD), aquela indicada na última declaração médica.

3.14.5. O formulário oficial da Seguradora "Aviso de Sinistro" poderá ser substituído por documento do médico assistente do segurado, desde que este contenha as informações necessárias à conclusão do processo.

3.14.6. A Seguradora deverá manter uma estrutura administrativa em Brasília (DF), capaz de processar, nos prazos estipulados, a liquidação dos sinistros, e ter autonomia suficiente para solucionar as questões decorrentes do contrato que vier a ser celebrado.

3.15. DA CARÊNCIA

3.15.1. Este Seguro não está sujeito à carência.

3.16. DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO DO SEGURO COLETIVO

3.16.1. O Contrato poderá ser rescindido por descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas neste Termo de Referência, assim como na ocorrência de qualquer das situações de revogação ou modificação previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Embrapa, respondendo a Seguradora pela indenização por perdas e danos de multa compensatória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor global do Contrato.

Item 10.02.4 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - Casos de Rescisão do Contrato:

10.2.4.1 A rescisão do contrato se dá:

- a) de forma unilateral, conforme as hipóteses previstas no instrumento contratual, assegurada a prévia defesa;
- b) por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Embrapa e para a contratada;
- c) por determinação judicial.

10.2.4.2 Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- c) o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

- d) a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013;
 - e) inobservância da vedação ao nepotismo;
 - f) prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação da Embrapa, direta ou indiretamente;
 - g) a não manutenção dos preços ou condições mais vantajosas para a Embrapa, conforme subseções 10.1.7.1 e 10.1.7.2.
- 10.2.4.3 A rescisão decorrente dos motivos elencados nas alíneas "c", "d", "e", "f" e "g" da subseção 10.2.4.2 será efetivada após o regular processo administrativo.
- 10.2.4.4 Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

3.16.2. O Contrato poderá também ser rescindido por acordo entre as partes ou judicialmente, desde que faça mediante aviso prévio, por escrito, de no mínimo 90 (noventa) dias.

3.16.3. O seguro do componente será rescindido integralmente no caso de morte do segurado ou de Invalidez Funcional Permanente Total por Doença (IFPD).

3.16.4. O pagamento da indenização decorrente de Invalidez Parcial por Acidente não isenta a Seguradora e o Estipulante da obrigação de continuar pagando os respectivos prêmios mensais do seguro.

3.16.5. O Contrato poderá ser alterado, na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no Regulamento de Licitações e Contratos da Embrapa, por meio de Termo Aditivo, exceto quanto ao seu objeto.

3.17. DO EXCEDENTE TÉCNICO

3.17.1. A Estipulante participa, anualmente, do excedente apurado nas operações do grupo de segurados, de acordo com as condições a seguir estipuladas.

3.17.2. A base para cálculo será o ano de seguro, de aniversário a aniversário de seu início.

3.17.3. Consideram-se como receitas para fins de apuração dos resultados técnicos:

- a) prêmios de competência correspondentes ao período de vigência da apólice, efetivamente pagos;
- b) estorno de sinistros computados em períodos anteriores e definitivamente não devidos.

3.17.4. Consideram-se como despesas para fins de apuração dos resultados técnicos:

- a) valor total dos sinistros em qualquer época e ainda não considerados até o fim do período de apuração, computando-se de uma só vez os sinistros com pagamento parcelado;
- b) saldos negativos dos períodos anteriores, ainda não compensados;

3.17.5. As receitas e despesas devem ser atualizadas monetariamente desde:

- a) o respectivo pagamento para prêmios;
- b) o aviso à Seguradora para os sinistros;
- c) a respectiva apuração, para os saldos negativos anteriores;

3.17.6. A apuração do resultado técnico deve ser atualizada monetariamente desde o término de vigência anual da apólice, até a data da distribuição do excedente técnico, destinando-se à Estipulante 60% (sessenta por cento) do resultado apurado e à Seguradora 40% (quarenta por cento) do referido resultado.

3.17.7. A distribuição de excedentes técnicos deve ser realizada após o término de vigência anual da apólice, depois de pagas todas as faturas do período e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da última quitação, vedado qualquer adiantamento a título de resultados técnicos.

3.18. DO FORO

3.18.1. Para a solução de quaisquer controvérsias, porventura oriundas deste Edital e da correspondente Apólice, em relação às quais não for possível uma composição amigável, as partes elegem o Foro da Justiça Federal, Circunscrição Judiciária de Brasília (DF), renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

4. QUANTIDADE

| Item | Descrição | Quantidade |
|------|--|------------|
| 01 | Segurados empregados da Embrapa | 7.571 |
| 02 | Segurados estagiários, estudantes de graduação, bolsistas dos Programas de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBIC e PIBITI) | 689 |
| 03 | Segurados Dirigentes | 5 |

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O Estipulante processará, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil, a Relação de Segurados integrantes deste Seguro, ativos e eventualmente afastados para tratamento de saúde, contendo nome do Órgão, lotação, matrícula, nome do segurado, estado civil, data de nascimento, capital segurado e total.

5.2. Na Relação de Segurados o Estipulante informará à Seguradora o valor total do prêmio apurado para efeito de faturamento e cobrança.

5.3. O Estipulante processará, também, a Relação de Segurados referente a PRÊMIOS ATRASADOS, referente às adesões daqueles cuja situação não foi possível ao Estipulante processar o seu ingresso no mês efetivo de adesão.

5.4. O Estipulante, ao receber a fatura do prêmio mensal do seguro, efetuará o pagamento do prêmio até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao que suceder o do risco.

5.5. Quando a data limite para pagamento do prêmio cair em dia em que não haja expediente bancário, o pagamento do prêmio poderá ser efetuado no primeiro dia útil bancário subsequente.

6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

6.1. À Embrapa fica reservado o direito de rejeição dos serviços caso os mesmos não estejam em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

6.2. O pagamento do prêmio será efetuado mensalmente com base na fórmula ($PM = Ax B + Cx D + Ex F$) até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao vencido mediante a apresentação do documento fiscal competente (nota fiscal/fatura), correspondente à execução dos serviços, verificados e aceitos pela Embrapa:

a) O processo de pagamento só será providenciado após a constatação da regularidade da Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS, e do Certificado de Regularidade de Débitos – CND - CRF, comprovando regularidade com o FGTS, e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, comprovando a inexistência de débitos trabalhistas;

b) Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito de multa, reajustamento de preços ou a atualização monetária

6.3. Fórmula:

$PA = PM \times 12$ $PM = A \times B + C \times D + E \times F$ Onde:

PA = Prêmio Anual;

12 = número de meses do ano;

PM = Prêmio Mensal;

A = Quantidade de Segurados empregados da Embrapa no mês de referência;

B = Prêmio mensal por Segurado empregado da Embrapa calculado pela taxa x capital segurado unitário (empregado da Embrapa) x quantidade de empregados da Embrapa;

C = Quantidade de Segurados estagiários, estudantes de graduação, bolsistas dos Programas de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBIC e PIBITI) e/ou programas similares no mês de referência;

D = Prêmio mensal por Segurado estagiário, estudantes de graduação, bolsistas dos Programas de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBIC e PIBITI) e/ou programas similares [calculado pela taxa x capital segurado unitário (estagiário, estudante de graduação, bolsistas dos Programas de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBIC e PIBITI) e/ou programas similares) x quantidade de estagiários, estudantes de graduação, bolsistas dos Programas de Iniciação Científica e de Iniciação Tecnológica (PIBIC e PIBITI) e/ou programas similares.

E = Quantidade de Segurados Dirigentes da Embrapa no mês de referência;

F = Prêmio mensal por Segurado Dirigente da Embrapa calculado pela taxa x capital segurado unitário x quantidade de Dirigentes da Embrapa

6.4. Nos preços propostos estão inclusas todas as despesas relativas à prestação dos serviços, tais como: impostos, tributos, remessas mensais e emergenciais, encargos sociais e outros.

6.5. A Seguradora deverá apresentar a especificação dos CNPJs que serão utilizados na emissão de documentos fiscais (incluindo os CNPJs das filiais, se for o caso) por ocasião da emissão da proposta comercial.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Comprovação de registro e regularidade expedido pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, que ateste que o licitante está legalmente autorizado a operar com Seguros de Vida e Acidentes Pessoais em Grupo, nos termos do art. 64, da Lei nº 13.303/2016.

7.2. Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o proponente executou de forma boa ou regular, serviço com características idênticas ou similares às do objeto do presente pregão.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Responsabilizar-se integralmente pela emissão da Apólice do Seguro, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do contrato, a qual deverá retratar fielmente todas as condições do Edital e seus anexos.

8.2. Emitir o Certificado Individual de Seguro disponibilizando na internet, através do CPF de cada segurado, no site da própria seguradora ganhadora do certame.

8.3. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante toda a validade do contrato.

8.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Embrapa ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de a Embrapa fiscalizar seu acompanhamento.

8.5. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, como impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e, ou quaisquer outras que forem devidas, quer em relação à prestação dos serviços, quer em relação aos empregados.

8.6. Trabalhar o objeto desta licitação, dentro da melhor técnica, bem como se adequar por sua conta e responsabilidade, as possíveis alterações de sistema ou mesmo quantitativas de empregados.

8.7. Prestar esclarecimentos à Embrapa sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

8.8. Manter sigilo absoluto sobre qualquer informação adquirida em virtude da execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-la para si, divulgar, revelar, reproduzir ou dela dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento das obrigações assumidas, por eventuais perdas e danos e sujeitando-se às cominações legais.

8.9. Corrigir, sob suas expensas, no total ou em parte, os serviços nos quais se verificarem vícios, problemas ou incorreções resultantes da prestação da contratada.

8.10. Executar diretamente o objeto do futuro contrato decorrente desta licitação, vedada a subcontratação, salvo nos casos que se exigir comprovada especialização, desde que haja a prévia aprovação da Embrapa.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Fornecer à Seguradora todas as informações, esclarecimentos, documentos e condições necessárias à plena cobertura do seguro objeto deste Contrato.
- 9.2. Gerir e fiscalizar a fiel execução do contrato, além de comunicar a contratada sobre qualquer alteração ou irregularidade na execução deste, bem como eventuais necessidades relacionadas ao bom desempenho da prestação de serviços.
- 9.3. Supervisionar a execução do contrato e atestar as Notas Fiscais correspondentes, por intermédio de comissão ou servidor designado pela Administração.
- 9.4. Aplicar à Seguradora as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.
- 9.5. Proporcionar todas as facilidades para que a licitante vencedora possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- 9.6. Rejeitar no todo ou em parte os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa licitante vencedora.
- 9.7. Rescindir o Contrato pelos motivos previstos no item 10.2.4 do Regulamento de Licitações e Contratos da Embrapa.
- 9.8. Processar, mensalmente, a Relação de Segurados, com vistas ao pagamento do prêmio correspondente.

10. SANÇÕES

10.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;

II - Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global do contrato, pela recusa injustificada do licitante vencedor em celebrar o contrato, nos termos do item 13.3 deste edital;

III - Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) sobre o valor global do contrato por dia de atraso no início da execução do contrato, limitado a 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

IV - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato em caso de inadimplemento de qualquer uma das cláusulas contratuais;

V - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da cobertura caso o pagamento da indenização ocorra em prazo superior a 30 dias a contar da entrega completa da documentação à seguradora;

VI - Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da cobertura por dia de atraso caso o pagamento da indenização ocorra em prazo superior a 30 dias a contar da entrega completa da documentação à seguradora, limitado a 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

VII - Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da cobertura caso o pagamento da indenização ocorra em prazo superior a 30 dias a contar da entrega completa da documentação à seguradora;

VIII - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato em caso de rescisão contratual por falta grave da Seguradora.

10.2. Sem prejuízo das multas e demais penalidades cabíveis, a depender da gravidade da conduta punível, a Contratada será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Embrapa, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- b) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Fizer declaração falsa;
- e) Cometer fraude fiscal.

10.3. Para os fins da alínea "c", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no Item 13.1 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, aprovado pela RC nº 172/2018.

10.4. As multas acima estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

10.5. As sanções de natureza pecuniária serão executadas observando-se a seguinte prioridade:

- I - Recolhidas à Conta Única da da União, por meio de G.R.U, espontaneamente;
- II - Executadas das garantias prestadas;
- III - Compensadas com créditos que, eventualmente a CONTRATADA tenha a receber;
- IV - formas de cobrança previstos em Lei;

10.6. A Embrapa poderá combinar os métodos de liquidação das penalidades pecuniárias, visando a integralidade dos valores devidos e poderá reter créditos suficientes para o pagamento de eventuais multas e penalidades pecuniárias, até que seja concluído o processo de aplicação de penalidades.

10.7. As penalidades previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados.

10.8. As partes concordam e reconhecem a legitimidade do processo de aplicação penalidade, cujo rito será o seguinte:

10.9. Constatado pela equipe de fiscalização contratual a ocorrência de qualquer desvio das regras contratuais ou do descumprimento de qualquer obrigação constante de lei, regulamento ou qualquer ato normativo, esta providenciará o registro da ocorrência, nos autos do processo de fiscalização contratual e expedirá advertência, por escrito, que deverá ser entregue ao preposto da Contratada ou a seus representantes, para que corrija a irregularidade no prazo de 24 horas;

10.10. A equipe responsável pela fiscalização contratual avaliará, sendo o desvio corrigido no prazo estabelecido ou não, se o fato é compatível com os eventos passíveis de aplicação de outras penalidades.

10.11. Sendo o caso passível de aplicação das penas de multa ou impedimento de licitar e contratar com a União, o Gestor contratual deverá instaurar processo de aplicação de penalidades e notificará a Contratada, sobre este evento, por meio de intimação que poderá ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

10.12. A intimação deverá conter:

- I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - finalidade da intimação;

III - indicação dos fatos e fundamentos legais e/ou contratuais descumpridos.

IV - as penas às quais estará sujeito ao final do processo;

V - O prazo de 10 dias úteis para apresentar sua Defesa Prévia, nos termos do §2º do artigo 83 da Lei 13.303/2016, momento em que lhe será facultado apresentar documentos, bem como produzir provas;

VI - Orientações para que a Contratada se habilite no processo SEI, o prazo no qual deverá estar habilitada e a informação que, ao final, a Embrapa, para todos os efeitos, considerará que a contratada encontra-se com vista franqueada do processo. V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

10.13. Decorrido o prazo para a apresentação da Defesa Prévia, a autoridade responsável pela Gestão Contratual decidirá, de forma fundamentada considerando a natureza e gravidade das infrações; a culpabilidade da contratada, segundo os fatos e as circunstâncias do evento e das justificativas apresentados na defesa;

10.14. Além dos fundamentos, a Decisão conterá:

I - A penalidade aplicada, conforme estabelecido no contrato;

II - A forma de execução da pena e de recolhimento dos valores de multa, se for o caso;

III - O prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação, para apresentação de Recurso;

IV - A informação de que a não apresentação de Recurso em relação à penalidade aplicada, ensejará a aplicação de pena de forma imediata;

10.15. Proferida Decisão, a Contratada será notificada, sobre este evento, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo aberto no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

10.16. A notificação sobre a Decisão poderá ser dispensada, caso a contratada acesse seus termos no processo de aplicação de penalidades, no ambiente SEI, estando este evento devidamente registrado.

10.17. Poderá a Contratada, quando da interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

10.18. O recurso apresentado deverá ser dirigido ao Gestor do Contrato, autor da Decisão recorrida, que poderá revê-la ou mantê-la.

10.19. Após seu pronunciamento, o Gestor Contratual, deverá encaminhar, de ofício, ao Gerente de Contratação e Infraestrutura) SGE/GCIN os termos de sua Decisão, para que a confirme ou altere seus termos.

10.20. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

10.20.1 O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

10.21. Após a confirmação ou nova decisão por parte da autoridade superior, o Contratado deverá ser notificado de seus termos, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

10.22. Após esta Decisão final a penalidade aplicada deverá ser executada e registrada no SICAF.

10.23. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou notificação, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

10.24. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

10.25. Qualquer outro recurso, pedido de reconsideração ou revisão, não suspenderá os efeitos das penalidades aplicadas.

11. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

11.1. Por se tratar de contratação de serviço comum, o certame licitatório será realizado na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço global em conformidade com a Lei nº 10.520/2002.

A modalidade de licitação ora escolhida não só confere maior celeridade ao processo, como também amplia o universo dos potenciais licitantes. Desse modo, entende-se que o interesse público será mais satisfatoriamente atendido mediante a adoção dessa modalidade.

12. DADOS ORÇAMENTÁRIOS

| Unidade Orçamentária | PTRES | Natureza da Despesa | Fonte | Centro de Custo | Projeto/Subprojeto |
|----------------------|-------|---------------------|-------|-----------------|--------------------|
| 135056 | 43193 | 339039 | 0100 | | |
| 000000 | 00000 | 000000-00 | 0000 | | |

13. LOCAL DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

13.1 Unidade Gestora/Gerenciadora

| Nome da Unidade | Endereço | Segurados | Quantidade |
|-----------------|---|--|------------|
| Embrapa Sede | Supervisão de Gestão Administrativa de Contratos (SUSEC/GAC/SGAC) | Empregados | 7.571 |
| | Endereço: Parque Estação Biológica – PqEB Av. W3 Norte (final), s/nº. Edifício Sede | Estagiários, estudantes de graduação e Bolsistas | 689 |
| | CEP 70.770-901 – Brasília-DF | | 5 |
| | CNPJ: 00.348.003/0001-10 | Dirigentes | |

14. GESTOR TÉCNICO DO CONTRATO

Responsável:

Nome: Flávio Mantouvane Lanza Souza

Cargo: Analista A

Lotação: Supervisão de Folha de Pagamento, Remuneração e Benefícios (SPRB)

Matrícula: 347306

Responsável substituto:

Nome: Edvaldo de Sales Lima

Cargo: Técnico A

Lotação: Supervisão de Folha de Pagamento, Remuneração e Benefícios (SPRB)

Matrícula: 331780

15. VIGÊNCIA DO CONTRATO (e Ata de Registro de Preço, se for o caso)

15.1. O prazo de vigência deste contrato é de 01 (um) ano a contar da data de 13/06/2023, podendo ser prorrogado até o limite de 5 anos, nos termos do art. 71 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

15.2. O CONTRATADO deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação do Gestor do Contrato, apresentar, por intermédio do seu Representante Legal, sua manifestação sobre a prorrogação do Contrato.

15.3. Independente da notificação do parágrafo anterior, o CONTRATADO deverá comunicar, ao Gestor Contratual, seu interesse quanto à prorrogação do contrato, em até 90 (noventa) dias antes do término de cada período de vigência contratual.

15.4. Caso o CONTRATADO se recuse a celebrar aditivo contratual de prorrogação, tendo antes manifestado sua intenção de prorrogar o Contrato ou deixado de manifestar seu propósito de não prorrogar no prazo estabelecido nesta Cláusula, ficará sujeito às penalidades previstas na Cláusula de Penalidades.

15.5. A formalização da prorrogação será efetuada por meio de Termo Aditivo.

15.6. A Contratada não tem direito à prorrogação deste Contrato, ficando, a critério da Embrapa, sua manutenção ou não, independentemente de justificativa;

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1. As partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e às determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis.

16.2. Parágrafo Primeiro: As partes reconhecem que as operações realizadas com os dados pessoais identificados neste instrumento contratual serão devidamente tratadas de acordo com o disposto na base legal especificada no inciso V do artigo 7º da Lei nº 13.709, de 2018, vinculando-se especificamente à execução das atividades deste instrumento jurídico.

16.3. Parágrafo Segundo: Nos termos da Lei nº 13.709/2018, os dados pessoais relativos às pessoas físicas identificadas neste Contrato serão devidamente tratados de acordo com a referida legislação pelos contratantes, inclusive no que tange ao acesso a esses dados pelos seus empregados, colaboradores entre outros, sendo os mesmos utilizados para as finalidades específicas de identificação dos representantes legais das partes e viabilização de relacionamento jurídico definido neste instrumento contratual.

16.4. Parágrafo Terceiro: Para fins do disposto na Lei nº 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), o(s) representante(s) da contratada e contratante concorda(m) com o compartilhamento (art. 26 da LGPD) e a veiculação dos seguintes dados pessoais por meio da publicação do inteiro teor e extrato deste Contrato no Boletim de Publicação Eletrônica da Embrapa e Diário Oficial da União: nome completo e número de CPF.

16.5. Parágrafo Quarto: Nos termos da Lei 13.709/2018 deverão ser mantidas e utilizadas, pelas partes, medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

16.6. Parágrafo Quinto: O Operador deverá notificar o Controlador, no prazo determinado pela Autoridade Nacional, da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais, ou violação, relacionadas aos Dados Pessoais vinculados a este instrumento jurídico.

16.7. Parágrafo Sexto: Em nenhuma hipótese uma Parte será responsabilizada pelo Tratamento de Dados Pessoais realizado pela outra parte, não havendo solidariedade entre as partes.

17. DA MATRIZ DE RISCOS

17.1. MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro na execução do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

17.2. A contratada não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competem à Contratante, conforme estabelecido na Matriz de Risco - Anexo I do Termo de Referência.

17.3. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco - Anexo I do Termo de Referência.

17.4. Resguarda-se o direito à solicitação de reequilíbrio financeiro do contrato pela contratada, desde que excluída a sua responsabilidade na Matriz de Riscos.

18. DEMAIS INFORMAÇÕES

A Seguradora fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Embrapa.

A Contratada deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato, comprovante de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

1.2 - Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro;

II - seguro garantia;

III - fiança bancária.

1.3 - A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Prejuízos diretos causados à Embrapa ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

c) Multas contratuais aplicadas pela Embrapa à contratada.

1.4 - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do Contrato, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese do inciso I do subitem 1.2.

19. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA**Emissor/Elaborador Conferente/Supervisor**

Nome: Áurea Beatriz Tomm Roberto Nome: Flávio Mantouvane Lanza Souza

Matrícula: 321517 Matrícula: 347306

Cargo: Técnico A Cargo: Analista A

20. APROVAÇÃO MOTIVADA DO TERMO DE REFERÊNCIA

Com base nas justificativas técnicas e nos argumentos apresentados, aprovo este Termo de Referência.

LANA GOMES DA SILVA TIMO

Gerente Adjunto de Administração e Atendimento de Pessoal

21. LOCAL E DATA

Brasília, 19 de abril de 2023.

ANEXO II – MODELO PARA A PROPOSTA

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 25/2023, apresento nossa proposta de preço para prestação de serviços de serviços de Seguro de Vida e de Acidentes Pessoais em Grupo para empregados da Embrapa ativos e afastados por doença e respectivos dependentes, Presidente da Embrapa, Diretores Executivos da Embrapa, empregados de outras instituições à disposição da Embrapa, estagiários, estudantes de graduação e bolsistas dos Programas de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBIC e PIBITI) e/ou programas similares; e de Assistência Funeral para empregados da Embrapa e respectivos dependentes, inclusive para os Dirigentes., quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), **conforme abaixo especificado:**

| Lote | Item | Quant | (R\$) Unitário | (R\$) Mensal | (R\$) Anual |
|------|-------------------------------|-------------|-------------------|--------------|-------------|
| 01 | 1 Empregados | 7.571 | | | |
| | 2 Estagiários e Bolsistas | 689 | | | |
| | 3 Dirigentes | 5 | | | |
| | Total Lote 01 (1+2+3) | | | | |
| | TOTAL GERAL | == = | ≡≡≡≡≡≡ | | |

V. PROCESSO LICITATÓRIO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Preço **TOTAL GERAL** da proposta R\$ _____ (por extenso)

Prazo de validade da proposta: _____ (se outro prazo não seja estipulado, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias).

Prazo para entrega dos produtos: Conforme estabelecido nos Anexos deste Edital.

A entrega dos produtos para a Embrapa ocorrerá de acordo com as especificações contidas nos Anexos deste Edital.

Oferecemos garantia de validade dos produtos pelo prazo de _____.

Estão inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais e encargos sociais.

Estamos cientes e aceitamos as condições do Edital, especialmente as fixadas para pagamento e entrega dos produtos, contidas na minuta do contrato.

V. Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

Local e data

Diretor ou representante legal - Identidade
Nome legível/Carimbo da empresa

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTOS DA LEI Nº 13.303/2016

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa _____, da qual somos representantes credenciados, não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da Empresa

ANEXO IV – Contrato

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VIDA E DE ACIDENTES PESSOAIS , QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA E A EMPRESA _____.

A **EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa**, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criada por força da Lei nº 5.851, de 07.12.72, Estatuto aprovado pela 7ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de abril de 2023 e publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 3 de maio de 2023, edição nº 83, Seção 3, páginas 3/8, consoante parágrafo único do artigo 72 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por intermédio de sua Unidade: Embrapa Sede, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.348.003/0001-10, sediada em Brasília - DF, endereço: Parque Estação Biológica - PqEB, s/nº, neste ato representada pelo Superintendente de Serviços Compartilhados, **Alexandre Aires de Freitas**, portador do RG nº 91015005260 órgão expedidor SSP/CE e CPF nº 367.597.753-68, designado pela Portaria nº 1221, em conjunto com a Gerente-Adjunta de Contratações, **Erica Moreira Torres**, portadora do RG nº 1802939 SSP/DF e CPF nº 826.337.031-00, designada pela Portaria nº 1239, de 01/08/2022, de acordo com a **Deliberação nº 35 de 14/12/2022, publicada no BCA 68/2022 de 14/12/2022**, doravante designada simplesmente Embrapa e, de outro lado, a empresa _____, inscrita do CNPJ/MF sob o nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida na cidade _____, à _____, CEP _____, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu/sua (cargo), Sr. _____, (nacionalidade), portador da Cédula de Identidade N° _____ SSP/____ e do CPF nº _____, tendo em vista o Pregão Eletrônico N°. _____ – **Embrapa - SEDE**, realizado em ____/____/2023, resolveram celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VIDA E DE ACIDENTES PESSOAIS**, que se regerá nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pela Lei nº 10.520/2002, ao Decreto n.º 10.024 de 20 de setembro de 2019 e ao Regulamento de Licitações e Contratos da Embrapa e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de Seguro de Vida e de Acidentes Pessoais em Grupo para empregados da Embrapa ativos e afastados por doença e respectivos dependentes, Presidente da Embrapa, Diretores Executivos da Embrapa, empregados de outras instituições à disposição da Embrapa, estagiários, estudantes de graduação e bolsistas dos Programas de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBIC e PIBITI) e/ou programas similares; e de Assistência Funeral para empregados da Embrapa e respectivos dependentes, inclusive para os Dirigentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato fundamenta-se na Lei 13.303/16; e vincula-se para todos os fins de direito ao processo de Pregão Eletrônico nº /2023 - Embrapa Sede e respectivos Anexos, realizado em ____/____/2023, e à Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA TERCEIRA – QUANTIDADE E UNIDADE DE MEDIDA

| Item | Descrição | Und Medida | Quantidade |
|------|---|------------|------------|
| 01 | Quantidade de Segurados empregados da Embrapa | | 7.571 |

| | | |
|----|---|-----|
| 02 | Segurados estagiários, bolsistas do Programa de Iniciação Científica e Tecnológica - Graduação (PIBIC e PIBITI) | 689 |
| 03 | Quantidade de Segurados Dirigentes | 5 |

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Responsabilizar-se integralmente pela emissão da Apólice do Seguro, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do contrato, a qual deverá retratar fielmente todas as condições do Edital e seus anexos.
2. Emitir o Certificado Individual de Seguro disponibilizando na internet, através do CPF de cada segurado, no site da própria seguradora ganhadora do certame.
3. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante toda a validade do contrato.
4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Embrapa ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de a Embrapa fiscalizar seu acompanhamento.
5. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, como impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e, ou quaisquer outras que forem devidas, quer em relação à prestação dos serviços, quer em relação aos empregados.
6. Trabalhar o objeto desta licitação, dentro da melhor técnica, bem como se adequar por sua conta e responsabilidade, as possíveis alterações de sistema ou mesmo quantitativas de empregados.
7. Prestar esclarecimentos à Embrapa sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;
8. Manter sigilo absoluto sobre qualquer informação adquirida em virtude da execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-la para si, divulgar, revelar, reproduzir ou dela dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento das obrigações assumidas, por eventuais perdas e danos e sujeitando-se às cominações legais.
9. Corrigir, sob suas expensas, no total ou em parte, os serviços nos quais se verificarem vícios, problemas ou incorreções resultantes da prestação da contratada.
10. Executar diretamente o objeto do futuro contrato decorrente desta licitação, vedada a subcontratação, salvo nos casos que se exigir comprovada especialização, desde que haja a prévia aprovação da Embrapa.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMBRAPA

1. Fornecer à Seguradora todas as informações, esclarecimentos, documentos e condições necessárias à plena cobertura do seguro objeto deste Contrato.
2. Gerir e fiscalizar a fiel execução do contrato, além de comunicar a contratada sobre qualquer alteração ou irregularidade na execução deste, bem como eventuais necessidades relacionadas ao bom desempenho da prestação de serviços.
3. Supervisionar a execução do contrato e atestar as Notas Fiscais correspondentes, por intermédio de comissão ou servidor designado pela Administração.
4. Aplicar à Seguradora as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.
5. Proporcionar todas as facilidades para que a licitante vencedora possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
6. Rejeitar no todo ou em parte os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa licitante vencedora.
7. Rescindir o Contrato pelos motivos previstos no item 10.2.4 do Regulamento de Licitações e Contratos da Embrapa.
- 9.8. Processar, mensalmente, a Relação de Segurados, com vistas ao pagamento do prêmio correspondente.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

O Valor Global Anual estimado é de R\$ _____ (_____).

Parágrafo Único: Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

1. O Estipulante processará, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil, a Relação de Segurados integrantes deste Seguro, ativos e eventualmente afastados para tratamento de saúde, contendo nome do Órgão, lotação, matrícula, nome do segurado, estado civil, data de nascimento, capital segurado e total.
2. Na Relação de Segurados o Estipulante informará à Seguradora o valor total do prêmio apurado para efeito de faturamento e cobrança.
3. O Estipulante processará, também, a Relação de Segurados referente a PRÊMIOS ATRASADOS, referente às adesões daqueles cuja situação não foi possível ao Estipulante processar o seu ingresso no mês efetivo de adesão.
4. O Estipulante, ao receber a fatura do prêmio mensal do seguro, efetuará o pagamento do prêmio até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao que suceder o do risco.
5. Quando a data limite para pagamento do prêmio cair em dia em que não haja expediente bancário, o pagamento do prêmio poderá ser efetuado no primeiro dia útil bancário subsequente.

Parágrafo Primeiro:

1. À Embrapa fica reservado o direito de rejeição dos serviços caso os mesmos não estejam em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.
2. O pagamento do prêmio será efetuado mensalmente com base na fórmula ($PM = Ax B + Cx D + Ex F$) até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao vencido mediante a apresentação do documento fiscal competente (nota fiscal/fatura), correspondente à execução dos serviços, verificados e aceitos pela Embrapa:
 - a) O processo de pagamento só será providenciado após a constatação da regularidade da Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS, e do Certificado de Regularidade de Débitos – CND - CRF, comprovando regularidade com o FGTS, e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, comprovando a inexistência de débitos trabalhistas;
 - b) Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito de multa, reajustamento de preços ou a atualização monetária

3. Fórmula:

$PA = PM \times 12$ PM = A x B + C x D + E x F Onde:

PA = Prêmio Anual;

12 = número de meses do ano;

PM = Prêmio Mensal;

A = Quantidade de Segurados empregados da Embrapa no mês de referência;

B = Prêmio mensal por Segurado empregado da Embrapa calculado pela taxa x capital segurado unitário (empregado da Embrapa) x quantidade de empregados da Embrapa;

C = Quantidade de Segurados estagiários, bolsistas do Programa Iniciação Científica e tecnológica - Graduação (PIBIC e PIBITI) e/ou programas similares no mês de referência;

D = Prêmio mensal por Segurado estagiário, bolsista do Programa Iniciação Científica e tecnológica - Graduação (PIBIC e PIBITI) e/ou programas similares [calculado pela taxa x capital segurado unitário (estagiário, bolsista do Programa Iniciação Científica e tecnológica - Graduação (PIBIC e PIBITI) e/ou programas similares) x quantidade de estagiários, bolsistas do Programa Iniciação Científica e tecnológica - Graduação (PIBIC e PIBITI) e/ou programas similares.

E = Quantidade de Segurados Dirigentes da Embrapa no mês de referência;

F = Prêmio mensal por Segurado Dirigente da Embrapa calculado pela taxa x capital segurado unitário x quantidade de Dirigentes da Embrapa

4. Nos preços propostos estarão inclusas todas as despesas relativas à prestação dos serviços, tais como: impostos, tributos, remessas mensais e emergenciais, encargos sociais e outros.

5. A Seguradora deverá apresentar a especificação dos CNPJs que serão utilizados na emissão de documentos fiscais (incluindo os CNPJs das filiais, se for o caso) por ocasião da emissão da proposta comercial.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto deste Contrato, correrão à conta dos recursos consignados na proposta orçamentária do Orçamento Geral da União, para o exercício de 2023, a cargo da Embrapa Sede, na Gestão/UG: 135056 :EMBRAPA/SEDE; Natureza de Despesa: 339039; PTRES:_____ Fonte de Recursos: 0100000000; Nota de Empenho: _____.

Parágrafo Único. As despesas para exercícios futuros, se for o caso, correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas por meio de apostilamento;

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo fiscal técnico do contrato, que poderá ser auxiliado pelo fiscal administrativo do contrato.
2. A Embrapa indicará um Gestor para o Contrato, que será responsável em acompanhar, determinar, coordenar, gerir qualitativamente e fiscalizar os serviços, providenciando as informações e os recursos necessários ao cumprimento das ordens de serviços. As comunicações entre o Gestor do Contrato e a CONTRATADA serão sempre formalizadas através de cartas, fax ou e-mail.
3. A Embrapa indicará um Fiscal Técnico do Contrato que deverá fiscalizar e avaliar todo acompanhamento, decisões, providências, informações e recursos necessários.
4. A fiscalização contratual dos serviços será executada por empregados devidamente designados com as atribuições pertinentes a seguir:
 - o Fiscal Técnico do Contrato: servidor designado para coordenar, comandar e fiscalizar a execução do objeto do contrato; e
 - o Fiscal Administrativo do Contrato: servidor designado para auxiliar o Fiscal Técnico do Contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos do contrato.
5. A fiscalização da prestação dos serviços, objeto deste contrato, será feita através de empregados formalmente designados por Ordem de Serviço a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando o fornecimento conforme o especificado, observando o Edital e seus Anexos, bem como o Instrumento Contratual e os documentos que o integram;
6. As relações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da FISCALIZAÇÃO;
7. A existência da FISCALIZAÇÃO de modo algum atenua ou exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a totalidade dos serviços contratados;
8. Os Fiscais do Contrato, quando depararem com alguma dificuldade, cuja providência, razoavelmente, escapa ao seu domínio de conhecimento irão notificar o seu superior hierárquico para que seja tomada a medida cabível.
9. Os serviços serão acompanhados pelos fiscais, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.
10. Para cada Ordem de Serviço, será designado um Fiscal Requisitante da "OS" para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional das soluções de tecnologia da Informação.
11. Para cada Ordem de Serviço, será designado pelo Gestor do Contrato um técnico para executar o papel de Gerente Técnico da "OS" por parte da CONTRATANTE. Esse gerente deverá acompanhar a equipe técnica da CONTRATADA na execução de cada serviço, registrando eventuais falhas de procedimento, problemas de qualidade e rejeitos de produtos implementados, atrasos e eventuais outros problemas inerentes à ordem de serviço. É responsabilidade do Gerente Técnico da "OS" repassar todas as informações a respeito da execução dos serviços para o Fiscal Técnico do Contrato.
12. Quando solicitado pela EMBRAPA, a CONTRATADA deverá fornecer explicações complementares acerca das execuções de Ordens de Serviços já "Concluídas", com a participação dos técnicos envolvidos com a "OS".

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;

II - Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global do contrato, pela recusa injustificada do licitante vencedor em celebrar o contrato, nos termos do item 13.3 deste edital;

III - Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) sobre o valor global do contrato por dia de atraso no início da execução do contrato, limitado a 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

IV - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato em caso de inadimplemento de qualquer uma das cláusulas contratuais;

V - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da cobertura caso a pagamento da indenização ocorra em prazo superior a 30 dias a contar da entrega completa da documentação à seguradora;

VI - Multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da cobertura por dia de atraso caso o pagamento da indenização ocorra em prazo superior a 30 dias a contar da entrega completa da documentação à seguradora., limitado a 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

VII - Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da cobertura caso o pagamento da indenização ocorra em prazo superior a 30 dias a contar da entrega completa da documentação à seguradora;

VIII - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato em caso de rescisão contratual por falta grave da Seguradora.

10.2. Sem prejuízo das multas e demais penalidades cabíveis, a depender da gravidade da conduta punível, a Contratada será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Embrapa, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- b) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Fizer declaração falsa;
- e) Cometer fraude fiscal.

10.3. Para os fins da alínea "c", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no Item 13.1 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, aprovado pela RC nº 172/2018.

10.4. As multas acima estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

10.5. As sanções de natureza pecuniária serão executadas observando-se a seguinte prioridade:

I - Recolhidas à Conta Única da União, por meio de G.R.U, espontaneamente;

II - Executadas das garantias prestadas;

III - Compensadas com créditos que, eventualmente a CONTRATADA tenha a receber;

IV - formas de cobrança previstos em Lei;

10.6. A Embrapa poderá combinar os métodos de liquidação das penalidades pecuniárias, visando a integralidade dos valores devidos e poderá reter créditos suficientes para o pagamento de eventuais multas e penalidades pecuniárias, até que seja concluído o processo de aplicação de penalidades.

10.7. As penalidades previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados.

10.8. As partes concordam e reconhecem a legitimidade do processo de aplicação penalidade, cujo rito será o seguinte:

10.9. Constatado pela equipe de fiscalização contratual a ocorrência de qualquer desvio das regras contratuais ou do descumprimento de qualquer obrigação constante de lei, regulamento ou qualquer ato normativo, esta providenciará o registro da ocorrência, nos autos do processo de fiscalização contratual e expedirá advertência, por escrito, que deverá ser entregue ao preposto da Contratada ou a seus representantes, para que corrija a irregularidade no prazo de 24 horas;

10.10. A equipe responsável pela fiscalização contratual avaliará, sendo a desvio corrigido no prazo estabelecido ou não, se o fato é compatível com os eventos passíveis de aplicação de outras penalidades.

10.11. Sendo o caso passível de aplicação das penas de multa ou impedimento de licitar e contratar com a União, o Gestor contratual deverá instaurar processo de aplicação de penalidades e notificará a Contratada, sobre este evento, por meio de intimação que poderá ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

10.12. A intimação deverá conter:

I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - finalidade da intimação;

III - indicação dos fatos e fundamentos legais e/ou contratuais descumpridos.

IV - as penas as quais estará sujeito ao final do processo;

V - O prazo de 10 dias úteis para apresentar sua Defesa Prévia, nos termos do §2º do artigo 83 da Lei 13.303/2016, momento em que lhe será facultado apresentar documentos, bem como produzir provas;

VI - Orientações para que a Contratada se habilite no processo SEI, o prazo no qual deverá estar habilitado e a informação que, ao final, a Embrapa, para todos os efeitos considerará que a contratada encontra-se com vista franqueada do processo.

V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

10.13. Decorrido o prazo para a apresentação da Defesa Prévia, a autoridade responsável pela Gestão Contratual decidirá, de forma fundamentada considerando a natureza e gravidade das infrações; a culpabilidade da contratada, segundo os fatos e as circunstâncias do evento e das justificativas apresentados na defesa;

10.14. Além dos fundamentos, a Decisão conterá:

I - A penalidade aplicada, conforme estabelecido no contrato;

II - A forma de execução da pena e de recolhimento dos valores de multa, se for o caso;

III - O prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação, para apresentação de Recurso;

IV- A informação de que a não apresentação de Recurso em relação à penalidade aplicada, ensejará a aplicação de pena de forma imediata;

10.15. Proferida Decisão, a Contratada será notificada, sobre este evento, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo aberto no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

10.16. A notificação sobre a Decisão poderá ser dispensada, caso a contratada acesse seus termos no processo de aplicação de penalidades, no ambiente SEI, estando este evento devidamente registrado.

10.17. Poderá a Contratada, quando da interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

10.18. O recurso apresentado deverá ser dirigido ao Gestor do Contrato, autor da Decisão recorrida, que poderá revê-la ou mantê-la.

10.19. Após seu pronunciamento, o Gestor Contratual, deverá encaminhar, de ofício, ao Gerente de Contratação e Infraestrutura) SGE/GCIN os termos de sua Decisão, para que a confirme ou altere seus termos.

10.20. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

10.20.1 O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

10.21. Após a confirmação ou nova decisão por parte da autoridade superior, o Contratado deverá ser notificado de seus termos, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

10.22. Após esta Decisão final a penalidade aplicada deverá ser executada e registrada no SICAF.

10.23. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou cientificação, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

10.24. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

10.25. Qualquer outro recurso, pedido de reconsideração ou revisão, não suspenderá os efeitos das penalidades aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REGIME JURÍDICO

Em face do objetivo deste Contrato, fica expressamente estabelecido, sem prejuízo da fiscalização dos serviços pela **Embrapa**, que se considerará incompatível com seus termos, qualquer subordinação hierárquica, dependência funcional, administrativa, técnica, ou de qualquer outra natureza, entre o **Contratado** ou seus prepostos e a **Embrapa**, regendo-se o presente Contrato, pela legislação civil, tributária, previdenciária e administrativa aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO EXCEDENTE TÉCNICO

1. A Estipulante participará, anualmente, do excedente apurado nas operações do grupo de segurados, de acordo com as condições a seguir estipuladas.

2. A base para cálculo será o ano de seguro, de aniversário a aniversário de seu início.

3. Consideram-se como receitas para fins de apuração dos resultados técnicos:

a) prêmios de competência correspondentes ao período de vigência da apólice, efetivamente pagos;

b) extorno de sinistros computados em períodos anteriores e definitivamente não devidos.

4. Consideram-se como despesas para fins de apuração dos resultados técnicos:

a) valor total dos sinistros em qualquer época e ainda não considerados até o fim do período de apuração, computando-se de uma só vez os sinistros com pagamento parcelado;

b) saldos negativos dos períodos anteriores, ainda não compensados;

5. As receitas e despesas devem ser atualizadas monetariamente desde:

a) o respectivo pagamento para prêmios;

b) o aviso à Seguradora para os sinistros;

c) a respectiva apuração, para os saldos negativos anteriores;

6. A apuração do resultado técnico deve ser atualizada monetariamente desde o término de vigência anual da apólice, até a data da distribuição do excedente técnico, destinando-se à Estipulante 60% (sessenta por cento) do resultado apurado e à Seguradora 40% (quarenta por cento) do referido resultado.

7. A distribuição de excedentes técnicos deve ser realizada após o término de vigência anual da apólice, depois de pagas todas as faturas do período e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da última quitação, vedado qualquer adiantamento a título de resultados técnicos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO DO SEGURO COLETIVO

13.1. O Contrato poderá ser rescindido por descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas neste Termo de Referência, assim como na ocorrência de qualquer das situações de revogação ou modificação previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da Embrapa, respondendo a Seguradora pela indenização por perdas e danos de multa compensatória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor global do Contrato.

Item 10.02.4 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - Casos de Rescisão do Contrato:

10.2.4.1 A rescisão do contrato se dá:

a) de forma unilateral, conforme as hipóteses previstas no instrumento contratual, assegurada a prévia defesa;

b) por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Embrapa e para a contratada;

c) por determinação judicial.

10.2.4.2 Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

c) o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

d) a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013;

e) inobservância da vedação ao nepotismo;

f) prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação da Embrapa, direta ou indiretamente;

g) a não manutenção dos preços ou condições mais vantajosas para a Embrapa, conforme subseções 10.1.7.1 e 10.1.7.2.

10.2.4.3 A rescisão decorrente dos motivos elencados nas alíneas "c", "d", "e", "f" e "g" da subseção 10.2.4.2 será efetivada após o regular processo administrativo.

10.2.4.4 Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

13.2. O Contrato poderá também ser rescindido por acordo entre as partes ou judicialmente, desde que faça mediante aviso prévio, por escrito, de no mínimo 90 (noventa) dias.

13.3. O seguro do componente será rescindido integralmente no caso de morte do segurado ou de Invalidez Funcional Permanente Total por Doença (IFPD).

13.4. O pagamento da indenização decorrente de Invalidez Parcial por Acidente não isenta a Seguradora e o Estipulante da obrigação de continuar pagando os respectivos prêmios mensais do seguro.

13.5. O Contrato poderá ser alterado, na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no Regulamento de Licitações e Contratos da EMBRAPA, por meio de Termo Aditivo, exceto quanto ao seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

14.1. As indenizações de sinistros deverão ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da entrega da documentação à Seguradora. Se o segurado não tiver cumprido todas as exigências de documentos, a seguradora deverá comunicar imediatamente o segurado e a Supervisão de Pagamento, Remuneração e Benefícios através de e-mail.

14.2. No caso de solicitação de documentação complementar, devidamente justificada, o prazo constante do item anterior será suspenso, e a contagem do novo prazo passará a prevalecer a partir da data de entrega da documentação solicitada.

14.3. O não cumprimento do prazo do item 3.14.1 implicará na aplicação de juros de mora de 2% (dois por cento) ao mês, incidentes sobre o capital segurado, sem prejuízo de sua atualização.

14.4. Considera-se como data do evento, para efeito de determinação do capital segurado, quando da liquidação dos sinistros:

- a) no caso de Morte Natural, aquela vigente na data do óbito;
- b) nos casos de Morte Acidental e Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA), aquela vigente na data do acidente;
- c) nos casos de Invalidez Funcional Permanente e Total Por Doença (IFPD), aquela indicada na última declaração médica.

14.5. O formulário oficial da Seguradora "Aviso de Sinistro" poderá ser substituído por documento do médico assistente do segurado, desde que este contenha as informações necessárias à conclusão do processo.

14.6. A Seguradora deverá manter uma estrutura administrativa em Brasília (DF), capaz de processar, nos prazos estipulados, a liquidação dos sinistros, e ter autonomia suficiente para solucionar as questões decorrentes do contrato que vier a ser celebrado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CARÊNCIA

1. O Seguro deste contrato não está sujeito à carência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO CARREGAMENTO

1. Não serão aceitos os carregamentos relativos a pró-labore e agenciamento.

2. O Estipulante é o responsável pela execução dos serviços de agenciamento, inclusão ou exclusão de segurados e remessa de pagamentos de sinistros aos beneficiários.

3. A Seguradora fica dispensada do pagamento de pró-labore ao Estipulante pela prestação dos serviços administrativos da apólice, sendo este revertido para redução do custo do seguro.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO CUSTEIO DO SEGURO

1. Este Seguro é não contributivo, cabendo à Estipulante 100% (cem por cento) do prêmio.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ATUALIZAÇÃO E DA ALTERAÇÃO DOS VALORES CONTRATADOS

1. Os capitais segurados e o valor do prêmio, serão atualizados automaticamente, sempre que o Estipulante proceder ajustes e correções nos salários nominais de seus empregados.

2. As atualizações de capitais se aplicam a todos do Grupo Segurado, inclusive aos afastados do serviço ativo, aos quais é assegurada a aplicação do mesmo critério de reajuste adotado para os componentes ativos.

3. As atualizações de capitais segurados abrangem também os empregados que, em vida, receberam indenização parcial decorrente de acidente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ACEITAÇÃO

1. A partir da data de início de vigência da Apólice, a Seguradora assumirá todos os riscos inerentes aos segurados deste Contrato, inclusive aqueles que eventualmente estejam ou venham a ser afastados para tratamento de saúde.

2. Após a data de início de vigência da Apólice, a inclusão dos componentes do Grupo Segurável será automática e será encaminhada pela EMBRAPA na fatura mensal a ser encaminhada à Seguradora.

3. A comprovação de que as adesões encaminhadas na fatura mensal são de componentes do Grupo Segurável poderá ser realizada pela verificação de recolhimento na GFIP, consultando o SEFIP.

4. Após o início de vigência da apólice, não haverá exigência quanto à limitação de idade para as futuras adesões ao seguro e suas coberturas, desde que o segurado esteja gozando de boa saúde e em pleno exercício de suas funções.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS RISCOS EXCLUÍDOS

1. Estão expressamente excluídos de todas as garantias deste Seguro os eventos ocorridos em consequência:

1.1 Do uso de material nuclear para quaisquer fins, incluindo a explosão nuclear provocada ou não, bem como a contaminação radioativa ou exposição a radiações nucleares ou ionizantes;

1.2 De atos ou operações de guerra, declarada ou não, de guerra química ou bacteriológica, de guerra civil, de guerrilha, de revolução, agitação, motim, revolta, sedição, sublevação ou outras perturbações da ordem pública e delas decorrentes, exceto se decorrente de prestação de serviço militar, da utilização de meio de transporte mais arriscado, da prática de esporte ou atos de humanidade em auxílio de outrem;

1.3 De atos ilícitos dolosos praticados pelo Segurado, pelo Beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

1.4 De danos causados por atos ilícitos dolosos praticados por dirigentes e administradores da EMBRAPA, pelos Beneficiários e pelos respectivos representantes;

2. Além dos riscos mencionados no subitem 3.9.1, estão também excluídas das garantias de IEA e IPA do Seguro os acidentes ocorridos em consequência:

a) direta ou indireta de quaisquer alterações mentais consequentes do uso do álcool, acima dos limites permitidos pela legislação vigente, de drogas, de entorpecentes ou de substâncias tóxicas;

b) das perturbações e intoxicações decorrentes da ação de produtos químicos, drogas ou medicamentos, salvo quando prescritos por médico, em decorrência de acidente pessoal coberto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS CLÁUSULAS SUPLEMENTARES

1. Inclusão Automática de Cônjuges

1.1 A Seguradora incluirá, automaticamente, no seguro da Apólice, os cônjuges dos Segurados empregados da Embrapa, com capital básico correspondente a 50% (cinquenta por cento) do respectivo Segurado principal, em todas as coberturas, exceto na cobertura de Invalidez Permanente Total por Doença.

1.2 Equiparam-se aos cônjuges os companheiros dos Segurados principais, se ao tempo do contrato o segurado era separado judicialmente, ou já se encontrava separado de fato.

1.3 Os cônjuges e companheiros que façam parte do grupo segurável como segurados principais, poderão participar do seguro na Cláusula de Inclusão de Cônjuges.

1.4 Em caso de sinistro, o pagamento será feito ao Segurado principal.

2. Inclusão Automática de Filhos

2.1 A Seguradora incluirá, automaticamente, no seguro da Apólice, os filhos de 14 (quatorze) até 24 (vinte e quatro) anos, se estudante, dos Segurados empregados da Embrapa, com capital básico correspondente a 10% (dez por cento), do respectivo Segurado principal, em todas as coberturas, exceto na cobertura de Invalidez Permanente Total por Doença.

2.2 Para fins desta Cláusula, serão também considerados filhos os enteados e menores considerados dependentes econômicos do Segurado principal, de acordo com a Legislação do Imposto de Renda.

2.3 Em caso de sinistro, o pagamento será feito ao Segurado principal.

2.4 Quando ambos os pais forem componentes do Grupo do Segurado principal, os filhos serão segurados apenas uma vez, sendo dependente daquele que tiver maior salário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA ASSISTÊNCIA FUNERAL

3.7.1. Assistência prestada na tomada das providências necessárias em caso de falecimento do Segurado principal ou de um de seus dependentes, inclusive filho (a) menor de 14 anos.

3.7.2. Tem direito à Assistência Funeral os Segurados empregados da Embrapa e seus dependentes. **Os estagiários, os estudantes de graduação e os bolsistas PIBIC/PIBITI não têm direito a assistência funeral.**

3.7.3. Os serviços de atendimento da Assistência Funeral serão prestados no Brasil e no Exterior via Central de Assistência Funeral à disposição 24 (vinte e quatro horas) por dia.

3.7.4. Coberturas da assistência funeral:

- a) Assessoria para as formalidades administrativas;
- b) preparação do corpo;
- c) urna mortuária;
- d) capela;
- e) ornamentação;
- f) carro funerário;
- g) sepultamento ou cremação;
- h) taxa de sepultamento;
- i) taxa de cremação;
- j) atestado de óbito;
- k) locação de jazigo;
- l) passagem para um membro da família, em caso de viagens;
- m) traslado do corpo;
- n) transmissão de mensagens.

3.7.5. A Seguradora prestará os serviços mencionados no item 3.7.3. até o limite de 2 x o valor da referência SC20 (R\$ 3.304,78) do Plano de Carreiras da Embrapa (01.09.2012) = R\$ 7.411,30 (Sete mil, quatrocentos e onze reais e trinta centavos) – Base abril/2023, sendo o valor atualizado concomitantemente com os salários nominais dos empregados da Embrapa.

3.7.6. A seguradora efetuará o reembolso das despesas funerárias, quando por motivos alheios à vontade do segurado ou de seus familiares, não for possível acionar a central de atendimento da assistência funeral, limitado ao máximo de R\$ 7.411,30 (sete mil, quatrocentos e onze reais e trinta centavos), pago mediante comprovação das despesas havidas com o funeral em até 30 (trinta) dias após a apresentação da documentação constante no item 3.7.7.

3.7.7. O reembolso será efetuado com a apresentação da seguinte documentação: cópia autenticada do atestado de óbito do segurado, cópia autenticada da cédula de identidade, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), comprovante de residência e notas fiscais detalhadas originais. O pedido de reembolso poderá ser feito em até 6 (seis) meses após a data do óbito.

3.7.8. O ressarcimento das despesas efetuadas no exterior deve ser realizado com base no câmbio oficial de venda da data do pagamento, respeitando-se o limite de cobertura estabelecido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO CAPITAL SEGURADO

1. Capital Segurado da Cobertura Básica para Segurados empregados da Embrapa e seus dependentes, Presidente da Embrapa, Diretores Executivos da Embrapa e empregados de outras instituições à disposição da Embrapa: 50 x o valor da referência SC16 (R\$ 3.292,42) do Plano de Carreiras da Embrapa (01.09.2012) = R\$ 164.621,41 (Cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte e um reais e quarenta e um centavos) – Base abril/2023.

2. Capital Segurado da Cobertura Básica para Segurados estagiários, estudantes de graduação, bolsistas dos Programas de Iniciação Científica e de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBIC e PIBITI) e/ou programas similares: 20 x o valor da referência SC01 (2.113,28) = R\$ 42.265,60 (Quarenta e dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos) – Base abril/2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS COBERTURAS

. Cobertura Básica: Morte Natural.

2. Coberturas Adicionais:

2.1 Indenização Especial por Acidente (IEA): em caso de morte acidental, o Capital Segurado corresponderá ao dobro da cobertura básica.

2.2 Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA): o Capital Segurado corresponderá ao da cobertura básica.

2.2.1 A cobertura de invalidez permanente por acidente garante o pagamento de uma indenização relativa à perda, à redução ou à impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão por lesão física, causada por acidente pessoal coberto.

2.2.2 Após conclusão do tratamento, ou esgotados os recursos terapêuticos disponíveis para recuperação, constatada e avaliada a invalidez permanente quando da alta médica definitiva, a Seguradora deve pagar uma indenização, de acordo com os percentuais estabelecidos na tabela aprovada pela SUSEP.

2.2.3 Não ficando abolidas por completo as funções do membro ou órgão lesado, a indenização por perda parcial é calculada pela aplicação, à percentagem prevista na tabela aprovada pela SUSEP para sua perda total, do grau de redução funcional apresentado.

2.2.4 Quando do mesmo acidente resultar invalidez de mais de um membro ou órgão, a indenização deve ser calculada somando-se as percentagens respectivas, cujo total não pode exceder a 100% (cem por cento).

2.2.5 Havendo duas ou mais lesões em um mesmo membro ou órgão, a soma das porcentagens correspondentes não pode exceder à da indenização prevista para sua perda total.

2.2.6 Para efeito de indenização, a perda ou maior redução funcional de um membro ou órgão já defeituoso antes do acidente, deve ser deduzida do grau de invalidez definitiva.

2.2.7 A perda de dentes e os danos estéticos não dão direito à indenização por invalidez permanente.

2.2.8 Se, depois de paga indenização por invalidez permanente por acidente, verificar-se a morte do segurado em consequência do mesmo acidente, a importância já paga por invalidez permanente deve ser deduzida do valor do capital segurado por morte.

2.2.9 A invalidez permanente prevista nesta cobertura deve ser comprovada por meio de declaração médica.

2.2.10 A aposentadoria por invalidez concedida por instituições oficiais de previdência, ou assemelhadas, não caracteriza por si só o estado de invalidez permanente.

2.11 No caso de divergências sobre a causa, natureza ou extensão de lesões, bem como a avaliação da incapacidade relacionada ao segurado, a sociedade seguradora deverá propor ao segurado, por meio de correspondência escrita, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da contestação, a constituição de junta médica.

2.12 A junta médica será constituída por 3 (três) membros, sendo um nomeado pela Seguradora, outro pelo Segurado e um terceiro, desempatador, escolhido pelos dois nomeados.

2.13 Cada uma das partes pagará os honorários do médico que tiver designado; os do terceiro serão pagos, em partes iguais, pelo segurado e pela sociedade seguradora.

2.14 O prazo para constituição da junta médica será de, no máximo, 15 (quinze) dias a contar da data da indicação do membro nomeado pelo Segurado.

DEFINIÇÃO DE PERCENTUAL POR INVALIDEZ PERMANENTE POR ACIDENTE

| DANOS CORPORAIS TOTAIS | PERCENTUAL DA PERDA |
|---|---------------------|
| INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores | 100 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés | 100 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um de membro superior e de um membro inferior | 100 |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral | 100 |
| Lesões neurológicas que cursem com: a) dano cognitivo comportamental alienante; b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; c) perda completa do controle esfinteriano; d) comprometimento de função vital ou autonômica | 100 |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital | 100 |
| DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) | PERCENTUAL DA PERDA |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos | 70 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores; | 50 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar; | 25 |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão; | 10 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé | |
| OUTRAS REPERCUSSÕES EM ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CORPORAIS | |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho | 50 |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | 25 |

Perda integral (retirada cirúrgica) do baço

10

2.3 Invalidez Funcional Permanente Total por Doença (IFPD): o Capital Segurado corresponderá ao da cobertura básica.

2.3.1 A cobertura de invalidez funcional permanente total por doença garante o pagamento de indenização em caso de invalidez funcional permanente total, consequente de doença, que cause a perda da existência independente do segurado.

2.3.2 É considerada perda da existência independente do segurado a ocorrência de quadro clínico incapacitante que inviabilize de forma irreversível o pleno exercício das relações autônômicas do segurado.

2.3.3 Consideram-se também como total e permanentemente inválidos, para efeitos desta cobertura, os Segurados portadores de doença em fase terminal atestada por profissional legalmente habilitado.

2.3.4 Em caso de indeferimento após a realização da perícia médica, o segurado poderá solicitar, por escrito, o parecer da junta médica.

2.3.5 As divergências sobre a causa, a natureza e a extensão das lesões, bem como sobre a avaliação de incapacidade ou sobre matéria não prevista expressamente na Apólice, serão avaliadas por uma Junta Médica, constituída de 3 (três) membros, sendo um nomeado pela Seguradora, outro pelo Segurado e um terceiro, desempatador, escolhido pelos dois nomeados.

2.3.6 Cada uma das partes pagará os honorários do médico que tiver designado, os de terceiros serão pagos, em partes iguais pelo Segurado e pela Seguradora.

2.3.7 Para cobertura de risco por Invalidez a data do sinistro será aquela indicada na declaração médica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO ÂMBITO GEOGRÁFICO

1. As garantias do Seguro previstas nestas condições aplicam-se para eventos cobertos ocorridos em qualquer parte do globo terrestre.

2. A cobertura de morte abrange a morte do segurado em qualquer parte do globo terrestre, sendo o serviço de sepultamento ou cremação restrito ao território brasileiro, porém com a prestação de serviço de traslado de qualquer parte do mundo até o município de moradia habitual no Brasil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA VIGÊNCIA

27.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 5 anos, nos termos do art. 71 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

27.2. O CONTRATADO deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação do Gestor do Contrato, apresentar, por intermédio do seu Representante Legal, sua manifestação sobre a prorrogação do Contrato.

27.3. Independente da notificação do parágrafo anterior, o CONTRATADO deverá comunicar, ao Gestor Contratual, seu interesse quanto à prorrogação do contrato, em até 90 (noventa) dias antes do término de cada período de vigência contratual.

27.4. Caso o CONTRATADO se recuse a celebrar aditivo contratual de prorrogação, tendo antes manifestado sua intenção de prorrogar o Contrato ou deixado de manifestar seu propósito de não prorrogar no prazo estabelecido nesta Cláusula, ficará sujeito às penalidades previstas na Cláusula de Penalidades.

27.5. A formalização da prorrogação será efetuada por meio de Termo Aditivo.

27.6. A Contratada não tem direito à prorrogação deste Contrato, ficando, a critério da EMBRAPA, sua manutenção ou não, independentemente de justificativa;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO NEPOTISMO

1. Conforme disposto na alínea "e" do subitem 10.2.4.2 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da EMBRAPA e do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, fica vedada a contratação:

a) de empregado ou dirigente da EMBRAPA como pessoa física;

b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dirigente ou empregado da EMBRAPA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela contratação;

c) de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a EMBRAPA há pelo menos (06) seis meses;

d) de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na EMBRAPA, incluindo neste parentesco, cônjuge ou companheiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste instrumento será levado à publicação no Diário Oficial da União, pela EMBRAPA, na forma do § 2º do artigo 51 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA — DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e às determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis.

Parágrafo Primeiro: As partes reconhecem que as operações realizadas com os dados pessoais identificados neste instrumento contratual serão devidamente tratadas de acordo com o disposto na base legal especificada no inciso V do artigo 7º da Lei nº 13.709, de 2018, vinculando-se especificamente à execução das atividades deste instrumento jurídico.

Parágrafo Segundo: Nos termos da Lei nº 13.709/2018, os dados pessoais relativos às pessoas físicas identificadas neste Contrato serão devidamente tratados de acordo com a referida legislação pelos contratantes, inclusive no que tange ao acesso a esses dados pelos seus empregados, colaboradores entre outros, sendo os mesmos utilizados para as finalidades específicas de identificação dos representantes legais das partes e viabilização de relacionamento jurídico definido neste instrumento contratual.

Parágrafo Terceiro: Para fins do disposto na Lei nº 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), o(s) representante(s) da contratada e contratante concorda(m) com o compartilhamento (art. 26 da LGPD) e a veiculação dos seguintes dados pessoais por meio da publicação do inteiro teor e extrato deste Contrato no Boletim de Publicação Eletrônica da Embrapa e Diário Oficial da União: nome completo e número de CPF.

Parágrafo Quarto: Nos termos da Lei 13.709/2018 deverão ser mantidas e utilizadas, pelas partes, medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

Parágrafo Quinto: O Operador deverá notificar o Controlador, no prazo determinado pela Autoridade Nacional, da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais, ou violação, relacionadas aos Dados Pessoais vinculados a este instrumento jurídico.

Parágrafo Sexto: Em nenhuma hipótese uma Parte será responsabilizada pelo Tratamento de Dados Pessoais realizado pela outra parte, não havendo solidariedade entre as partes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Estando assim, justas e acordes, firmam o presente contrato, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas, abaixo nomeadas e subscritas.

Brasília-DF, de 2023

Alexandre Aires de Freitas, Erica Moreira Torres,
Pela Embrapa Pela Embrapa

Pela CONTRATADA

Testemunhas:

- 1) JOSÉ ALEXANDRE SILVA ROCHA
- 2) IZABEL SOFIA KUBIÇA

ANEXO V - MATRIZ DE RISCOS

Objeto: Contratação de empresa seguradora para prestação de serviços comuns de cobertura securitária na modalidade de Seguro de Vida em Grupo para os Empregados, Dirigentes, estagiários, estudantes de graduação, bolsistas e dependentes.

| | Evento de Risco | Causas | Consequências | Probabilidade | Impacto | Nível de Risco | Resposta ao evento de Risco | Responsável |
|--------------|--|---|---|---------------|---------|----------------|--|-------------|
| Planejamento | Nota técnica inconsistente, detalhamento inadequado da situação demandada | Nota técnica elaborada por empregado não capacitado. | Impossibilidade de elaboração do Termo de Referência com base na nota técnica | 2 | 4 | Elevado | Designar profissional capacitado e habilitado para a elaboração das notas técnicas | Contratante |
| | Alterações de Normas Vigentes | Alterações na legislação ou outras normas que impliquem em mudanças no TR | Necessidade de adequação do TR às novas normas | 2 | 3 | Médio | Acompanhar periodicamente as normas relativas ao objeto | Contratante |
| | Erro na elaboração do Termo de Referência, detalhamento e especificações do objeto | Termo de referência elaborado por empregado não capacitado | Risco de paralisação do processo na fase de elaboração de edital ou risco de contratação de serviço que não atende as necessidades da área demandante | 2 | 4 | Elevado | Designar técnico com conhecimento na área referente ao objeto demandado e realizar check list após elaboração do Termo de Referência | Contratante |

| | | | | | | | | |
|-----------|--|---|---|---|---|---------|---|-------------|
| | Erro na estimativa de custos | Erro de orçamentária ou ausência de insumos existentes na elaboração dos preços ofertados | Super ou Subfaturamento de serviços | 1 | 4 | Médio | Designar profissional capacitado para a elaboração da estimativa | Contratante |
| | Erro na elaboração do Edital minuta de contrato | Falta de conhecimento específico ou Falta de atenção aos detalhes do TR no momento da elaboração do edital ou contrato | Risco de perda de qualidade na execução dos serviços, erros de prazo de execução e vigência de contrato | 2 | 4 | Elevado | Realizar check list de toda documentação antes e depois do processo de elaboração de editais e contratos com atenção especial para datas e prazos | Contratante |
| | Erro na análise e chancela jurídica do Edital minuta de Contrato | Falta de conhecimento específico sobre o processo de contratação de seguros por parte do empregado designado para análise | Perda de prazos regimentares para prosseguimento do processo, retrabalho | 2 | 3 | Médio | Solicitar treinamento sobre licitações e contratos para área jurídica | Contratante |
| Licitação | Participação de vários licitantes por falta de detalhamento técnico do objeto e condições para contratação | Termo de Referência mal instruído | Objeto com baixa definição técnica possibilita a participação de várias empresas especializadas na execução do mesmo, o que dificulta a escolha da melhor proposta e aumenta o risco de entrega de objeto que não atende às necessidades da contratante | 1 | 4 | Médio | Descrever o mais tecnicamente possível o objeto e exigências para habilitação das empresas no certame | Contratante |
| | Atestado de Capacidade Técnica fraudulento ou de credibilidade duvidosa | Uso de má fé das proponentes | eliminação da proponente ou de contratação de empresa incapaz de executar o objeto | 1 | 4 | Elevado | Verificar com a empresa que emitiu o atestado de capacidade técnica a veracidade do mesmo | Contratante |
| | Impugnação da Licitação | Ocorre quando o Princípio da Igualdade é contrariado por meio de exigências de marca, domicílio do licitante e demais exigências que só visam afastar a competitividade do certame de licitação | Não contratação do objeto | 1 | 5 | Elevado | Observar o princípio da igualdade não exigindo itens que afastem a competitividade | Contratante |
| Execução | Execução ineficiente do contrato | Empregado designado para fiscalização do contrato sem conhecimento do objeto e sem treinamento | Não recebimento de indenizações provenientes de sinistros cobertos | 2 | 5 | Elevado | O fiscal do contrato deve conhecer ou até participar da elaboração do edital e anexos, além de receber treinamento específico | Contratante |

| | | | | | | | |
|---|--|---------------------------------------|---|---|-------|---|-------------|
| Possibilidade da falência da contratada | Má gestão ou falta de recursos financeiros | Paralisação da prestação dos serviços | 1 | 1 | Baixo | Rescindir o contrato, com possibilidade de contratar remanescente | Contratante |
|---|--|---------------------------------------|---|---|-------|---|-------------|

A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela abaixo:

Escala de Probabilidade - Associada às chances do risco ocorrer

| Descritor | Descrição | Nível |
|-------------|--|-------|
| Muito Baixa | Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência | 1 |
| Baixa | Evento casual e inesperado mas com histórico de ocorrência | 2 |
| Média | Evento esperado, de frequência reduzida | 3 |
| Alta | Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido | 4 |
| Muito Alta | Evento repetitivo e constante | 5 |

Escala de Impacto - Associada às consequências do risco ocorrer

| Descritor | Descrição | Nível |
|-------------|--|-------|
| Muito Baixo | Impacto insignificante nos objetivos | 1 |
| Baixo | Impacto mínimo nos objetivos | 2 |
| Médio | Impacto mediano nos objetivos com possibilidade de recuperação | 3 |
| Alto | Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação | 4 |
| Muito Alto | Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação | 5 |

Após o resultado do cálculo da probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela a seguir:

Nível de Risco

| | |
|---------|---------|
| 1 A 2 | BAIXO |
| 3 A 6 | MÉDIO |
| 8 A 12 | ELEVADO |
| 15 A 25 | EXTREMO |



Documento assinado eletronicamente por **Erica Moreira Torres, Gerente-Adjunto**, em 22/06/2023, às 15:46, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **8966281** e o código CRC **06399FC2**.